



RELATÓRIO DE PESQUISA

Grande Riqueza, Poucos Beneficiários: Percepções Locais da Gestão dos Recursos Naturais em Moçambique¹

Janne Rantala

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do autor.

¹ Um agradecimento especial é endereçado a Sérgio Chichava, co-líder do projecto de pesquisa TIPS, cujo apoio e crítica foram cruciais; aos pesquisadores locais Haua Abudo, Talassamo Alí, Hélio Andicene, Andissene Andissene, Iolanda Chamuela, Lúcia Manhiça, Crimildo Muhache, Salvador Mukuweke, Aura Nelson e Afonso Sefu, que fizeram grande parte do trabalho de campo; aos parceiros da FCA/NTRP e do IMD pelo seu inestimável contributo.



The Network for Religious & Traditional Peacemakers



This project is funded by the European Union



Image: Unsplash

TABLE OF CONTENTS

Sumário	3
Introdução	3
Temas Principais	4
Considerações Metodológicas	7
Colaboração da equipa de pesquisa com os vários grupos envolvidos	10
Organizações da sociedade civil, organizações comunitárias, comunidades locais e líderes comunitários	10
Estado Moçambicano	13
Sector privado	14
Género e gestão dos recursos naturais	14
Resultados por Província	17
Sofala	17
Inhambane	22
Cabo Delgado	25
Tete	29
Niassa	33
Conclusão	37
Referências	40

SUMÁRIO

Moçambique possui uma grande riqueza no seu solo, subsolo, litoral e águas. Apesar do grande potencial social e económico que os seus recursos naturais oferecem, Moçambique não tem conseguido manter uma paz sustentável e continua a ser um dos países mais subdesenvolvidos do mundo. Com base em técnicas de pesquisa de campo qualitativa, que incluem entrevistas temáticas com residentes e com funcionários do governo em várias localidades, esta pesquisa examina a gestão dos recursos naturais e conflitos a ela relacionados em cinco províncias do país. Esta pesquisa participativa sensível aos conflitos abrange várias actividades de utilização de recursos naturais, tais como a mineração industrial e artesanal, a conservação da natureza, a pesca e a caça, o turismo, a agricultura e a extracção de recursos florestais. Os conflitos entre estes diferentes interesses e entre o Estado, o sector privado e as comunidades, bem como entre os megaprojectos e a utilização em pequena escala, são analisados no contexto de 27 distritos administrativos. Através do mapeamento da ocorrência de recursos naturais e conflitos relacionados, bem como de iniciativas locais nestes distritos, o objectivo é contribuir para a prevenção de conflitos e para uma gestão mais inclusiva e pacífica do ponto de vista social dos recursos naturais. Analisando as características e inter-relações dos diferentes grupos envolvidos, são avaliados os pontos fortes e as limitações dos beneficiários do projecto, bem como a dinâmica e as dimensões de género e etária nos conflitos. Foram comparadas as dinâmicas em cinco províncias, cada uma com um foco temático diferente, e os sucessos e fracassos numa província são representados como potenciais lições destinadas a melhorar a gestão dos recursos naturais também noutras áreas. A pesquisa identificou percepções locais de conflitos, que muitas vezes incluem também propostas e soluções. As possíveis recomendações incluem as seguintes:

- **1. Uma grande descentralização das actividades económicas de licenciamento é necessária**, pois as consequências das actividades fazem-se sentir a nível local,
- **2. Facilitar o diálogo entre os beneficiários** dos megaprojectos e as comunidades afectadas,
- **3. Formação técnica para os jovens locais já na fase de licenciamento de prospecção mineira**, a fim de evitar situações que são comuns actualmente em que após anos de exploração mineira, os jovens locais não são recrutados e
- **4. Estabelecer grupos de paz em todos os distritos**, seguindo um modelo semelhante ao do distrito da Gorongosa, onde um grupo de paz foi fundado por mulheres, combatentes desmobilizados e líderes religiosos, no rescaldo das hostilidades de 2013-2016.
- **5. Assegurar adequada compensação e reassentamento** e distribuição de benefícios dos recursos naturais da forma mais igualitária e inclusiva possível.

Tais recomendações locais, analisadas nos seus contextos mais gerais e apresentadas neste documento, bem como noutras publicações deste projecto, podem contribuir, em grande medida, para o objectivo do projecto TIPS, que visa a gestão inclusiva e pacífica dos recursos naturais em Moçambique.

Palavras-chave: Recursos Naturais, Conflitos, Moçambique: Niassa, Cabo Delgado, Tete, Sofala, Inhambane

INTRODUÇÃO

Moçambique possui uma grande riqueza no seu solo, subsolo, clima, litoral e mar, e os seus recursos naturais são extremamente valiosos. Mas é também um país que durante muitos anos, antes e depois da sua independência em 1975, tem sido amaldiçoado por conflitos violentos e prolongados. A inexistência de uma paz duradoura é, sem qualquer dúvida, uma das razões pelas quais Moçambique continua a ser um dos países mais subdesenvolvidos do mundo, apesar do enorme potencial de desenvolvimento que os seus recursos naturais proporcionam. Para que possa evitar conflitos devastadores no futuro, é essencial que haja uma gestão inclusiva e sustentável dos seus recursos naturais. Esta pesquisa, que faz parte do projecto TIPS - Towards an Inclusive and Peaceful Society (Rumo a uma Sociedade Inclusiva e Pacífica) em Moçambique, visa contribuir para a prevenção de conflitos e para uma gestão dos recursos naturais mais socialmente inclusiva, através de uma pesquisa participativa sensível a conflitos. Baseada no trabalho de campo, que foi

levado a cabo em cinco províncias, nomeadamente Niassa, Cabo Delgado, Tete, Sofala e Inhambane.

A informação geral sobre os recursos naturais e os seus conflitos nestas províncias foi obtida de fontes públicas, tais como os meios de comunicação social, documentos do governo e organizações não governamentais (ONG) e esta revisão bibliográfica foi um dos métodos inicialmente utilizados para definir os distritos focais. A informação mais aprofundada foi recolhida do conhecimento local, através de discussões com os residentes das várias localidades e com os funcionários do governo que trabalham no terreno. A pesquisa visa aprender do conhecimento local, não ignorando, ao mesmo tempo, os contextos geográficos e históricos mais gerais a níveis nacional, regional e global. Por intermédio destes métodos, a pesquisa apresentará uma análise de linha de base dos recursos naturais, dos conflitos a eles associados e procurará propostas no terreno com vista a melhorar a gestão dos recursos naturais (Tabela 2).

Estas províncias foram seleccionadas por desenvolverem actividades significativas de extracção de recursos naturais e acolherem grandes projectos nos sectores de mineração, petrolífero e de gás natural. Embora a pesquisa examine os impactos dos megaprojectos que são alvo da atenção pública mesmo no estrangeiro, nomeadamente a extracção de carvão em Tete, gás natural e pedras preciosas coloridas em Cabo Delgado ou a conservação do meio ambiente no Parque Nacional da Gorongosa em Sofala; também contempla a utilização diária de recursos naturais em menor escala, nomeadamente a terra, o subsolo, os recursos florestais e os recursos marinhos, que são utilizados para a subsistência, como é o caso da mineração artesanal, que pode ter um impacto igualmente acentuado na vida das comunidades locais e pode produzir mais rendimentos para elas do que os megaprojectos.

Relativamente ao contexto da gestão dos recursos naturais, os principais objectivos da pesquisa são os seguintes:

- Mapear os conflitos locais e os actores da edificação da paz;
- Entender as percepções locais das dinâmicas de conflitos e possíveis soluções;

- Avaliar as necessidades, os pontos fortes e as limitações dos beneficiários do projecto; e
- Avaliar a dinâmica e as dimensões de género e etária nestes conflitos.

Os resultados da pesquisa, apresentados neste e noutros documentos, constituirão uma base de evidência sólida não só para o projecto TIPS, nas suas componentes de defesa, activismo e capacitação, mas também para uma utilização mais generalizada pelos actores da edificação da paz no país e na região. O material de pesquisa, baseado em conversas com cerca de 260 pessoas em 27 distritos das cinco províncias acima mencionadas (Mapa 1; Quadro 1), também fornecerá a base para pesquisas subsequentes sobre a gestão dos recursos naturais em Moçambique e na região.

TEMAS PRINCIPAIS

Os principais temas que resultaram da leitura, audição e reflexão sobre os materiais de pesquisa produzidos são enumerados a seguir. Alguns destes temas estão resumidos mais adiante, em tabelas e subcapítulos cujo foco incide nas províncias individualmente e são analisados em mais detalhe em cinco policy briefs, publicadas na série de Boletins IDelIAS do IESE como parte do projecto.

1. Modelos económicos de mineração: O principal foco é o potencial de desenvolvimento local da extracção artesanal de ouro e o impacto das grandes áreas ocupadas pela mineração industrial e restritas a ela (Tabelas 2 e 3).

2. Zonas restritas: O impacto nas comunidades locais que se encontram em zonas com fraco controlo do Estado e da sociedade civil. Este tema abrange a ocupação de grandes áreas tanto para a prospecção, pesquisa e mineração como para a conservação do ambiente. Nessas áreas ocupadas por empresas multinacionais ou, com maior frequência, por elites nacionais em parceria com multinacionais, a legislação normal não é implementada nem de jure nem de facto. O controlo sobre as áreas é, em grande parte, atribuído a empresas privadas (Tabela 3).

3. Utilização e transferência de 20% e 2,75%: Estas são as percentagens de receitas provenientes da extracção de recursos florestais e minerais, respectivamente, que ao abrigo

Mapa 1 - Distritos focais da pesquisa

**DISTRICTS VISITED DURING FIELDWORK IN MOZAMBIQUE
BETWEEN APRIL AND SEPTEMBER 2021**



Tabela 1: Distritos focais , seus recursos naturais (RN) e conflitos focais de RN

Província	Distrito	Recursos visados	Conflitos focais de RN
Niassa	1. Lago	Ouro e pedras preciosas	Poder e ganhos desiguais da extracção de ouro na localidade de Lipeliche
	2. Sanga	Florestas e fauna bravia	Empresa madeireira e a comunidade; exclusão social nos comités
	3. Mavago	Rubis, florestas e fauna bravia (conservação)	Mineiros artesanais na localidade de Lilasi versus uma empresa chinesa de mineração e a Reserva Especial do Niassa
	4. Lichinga	Capital provincial: foco nos recursos e conflitos no resto da província	
	5. Nipepe	Grafite; ouro; madeira	Diferendos quanto ao benefício social da mineração de grafite, reassentamento e terras
Cabo Delgado	6. Montepuez	Rubis; ouro; madeira	Empresas de mineração contra a mineração artesanal; Nairoto Resources versus empresa madeireira Panga; homem-animal;
	7. Balama	Grafite; madeira	Diferendos quanto ao reassentamento e à terra para mineração de grafite; benefícios da exploração madeireira
	8. Namuno	Ouro; rubis	Risco de conflito entre empresas e garimpeiros
	9. Chiúre	Ouro; agricultura	Polícia contra mineiros; Risco de conflito entre empresas e garimpeiros
	10. Pemba	Capital provincial: foco em recursos e conflitos no resto da província e recursos pesqueiros	
Tete	11. Mágoè	Recursos pesqueiros; flora e fauna (conservação)	Comunidade pesqueira versus Parque Nacional de Mágoè sobre o reassentamento, pesca e taxas de entrada para os habitantes
	12. Marara	Carvão; solos (agricultura)	Reassentamento devido à mineração de carvão; mineração versus agricultura
	13. Changara	Recursos florestais; gado	Gado vs. agricultores; problemas com a transferência de 20% do abate de madeira
	14. Tete	Capital provincial: foco na dinâmica no resto da província	
	15. Moatize	Carvão; solo (olaria, agricultura)	Reassentamento e expulsão de oleiros por causa da extracção de carvão
Sofala	16. Gorongosa	Ouro; solos; fauna bravia (conservação)	Comunidades mineiras camponesas vs. Parque Nacional da Gorongosa/Estado, incluindo conflito homem-animal; garimpeiros vs. agricultura
	17. Nhamatanda	Pedra; solos (agricultura)	Pedreiras versus população; conflitos de terra
	18. Muanza	Pedra (calcário); fauna bravia (conservação)	Comunidades camponesas vs. Parque/Estado; as coutadas incluíram conflito homem-animal
	19. Beira	Foco nos recursos e conflitos no resto da província	
	20. Búzi	Terra (agricultura, habitação)	Reassentamento devido a ciclones tropicais e conflito de terras
Inhambane	21. Govuro	Pesca; gás natural e petróleo; florestas	Conflitos entre pescadores e a SASOL sobre alegados danos na pesca por extracção; acusações de que a empresa não cria postos de trabalho para os habitantes locais.
	22. Inhassoro		
	23. Vilankulo	Pesca; gás natural/petróleo; pedra	Exploração ilegal de pedra e de madeira/carvão; artes de pesca prejudiciais
	24. Massinga	Florestas	Conflitos entre empresas madeireiras; exploração ilegal de pedra
	25. Inhambane	Pesca, ambiente marinho (turismo)	Foco nos conflitos no resto da província e na dinâmica entre turismo, pesca e conservação
	26. Maxixe		
	27. Jangamo	Areias pesadas	Persistem conflitos latentes quanto ao reassentamento e aos benefícios locais decorrentes da exploração de areias pesadas prevista

das leis de minas, de terras e do ambiente, pertencem às comunidades que vivem em locais de exploração de recursos naturais.

4. Experiências de reassentamento: Os projectos de mineração industrial ou de conservação do ambiente muitas vezes exigem o reassentamento de residentes na área que contém tais recursos naturais, desde o reassentamento forçado até ao reassentamento mais consensual, em que os residentes recebem uma indemnização adequada pelas casas e terras que perdem, conforme exigido pela Lei de Minas (20/2014), por exemplo.

5. Proibição de acesso aos recursos naturais com base na filiação partidária: Há indícios de exclusão partidária não só na atribuição de terrenos para megaprojectos, mas também na utilização dos recursos naturais em pequena e média escala.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Em grande parte baseada no trabalho de campo, a metodologia seguida na pesquisa foi qualitativa e participativa, tendo sido utilizados os seguintes métodos: análise bibliográfica, conversas pessoais, discussões com grupos focais e entrevistas com informadores-chave. A pesquisa baseou-se na análise prévia de materiais relevantes dos meios de comunicação e de literatura geral. No entanto, o foco principal foram entrevistas temáticas e conversas, posteriores à fase de preparação. Foram realizadas entrevistas e conversas com funcionários de organizações da sociedade civil, membros de associações e cooperativas e comités relacionados com a gestão de recursos naturais em zonas rurais e urbanas, representantes do sector privado, líderes comunitários, membros da comunidade e autoridades provinciais e distritais. A equipa era composta por dois pesquisadores principais e 10 assistentes de pesquisa locais. Os conhecimentos e o domínio das línguas locais foram aspectos ponderados aquando do recrutamento de assistentes e o grau de formação da equipa variou entre licenciatura e doutoramento e com diferentes graus de experiência em trabalhos de campo desta natureza. Note-se ainda que o tempo necessário para a formação dos assistentes e as condições de monitoria do seu trabalho variaram de província para província. Alguns participantes na pesquisa foram seleccionados com base nas redes existentes

da equipa de pesquisa, e alguns foram seleccionados no terreno utilizando uma técnica de ‘bola de neve’ e outros métodos disponíveis para encontrar participantes adequados ligados aos temas centrais em cada província.

De um modo geral, a gestão da pesquisa foi como se segue. Os planos iniciais de viagem foram preparados em conjunto com os assistentes locais e incluíam a capital provincial e quatro distritos com diferentes tipos de exploração de recursos naturais e conflitos existentes. A primeira reunião com os assistentes destinou-se à formação em pesquisa, incluindo a utilização do guião de entrevistas, familiarização com o Dropbox para a entrega de materiais, práticas de comunicação entre a equipa e acompanhamento das entrevistas iniciais na capital provincial, que foram realizadas em conjunto (em Cabo Delgado, o trabalho começou no distrito de Montepuez). No primeiro ou segundo dia, pretendia-se obter as credenciais da Secretaria de Estado Provincial, solicitadas antecipadamente às autoridades do governo local. Sempre que possível, os pesquisadores principais acompanhavam então os assistentes a pelo menos um distrito fora da capital provincial, a fim de consolidar o trabalho de campo. Os assistentes continuavam depois a trabalhar nos outros distritos, enquanto os pesquisadores principais viajavam para as províncias seguintes. Pretendia-se passar cinco dias de trabalho no terreno em cada distrito focal, mas em alguns casos, a equipa passou mais dias devido à distância, à má qualidade das estradas e por outras razões que estiveram na origem de atrasos registados na realização do trabalho de campo. Nestes casos, o plano de viagem era ajustado, reduzindo o número de dias passados noutros distritos, de acordo com o plano inicial. No distrito de Chiúre, por razões logísticas e com o generoso apoio do a Secretaria de Estado de Cabo Delgado, os trabalhos começaram durante o fim-de-semana, mas sem qualquer acompanhamento e apoio concreto por parte dos técnicos do governo distrital. Paradoxalmente, esta situação resultou em material de pesquisa excepcionalmente honesto, produzido em conjunto com membros das associações de garimpeiros do distrito.¹

Ao produzir e analisar materiais de pesquisa, o estudo pretendia ir além da mera leitura dos dados produzidos e transcritos em grande parte pelos assistentes. Os principais

¹ Por exemplo: Rantala & Alí, que faz parte da pesquisa do projecto TIPS.

Tabela 2: Impacto da Mineração Artesanal e Industrial de Pedras Preciosas em 5 Distritos Administrativos

	Montepuez	Lago (Localidade de Lupilichi)	Gorongosa	Chiure	Namuno
Associações de Mineiros	Associação de mineiros não registados da comunidade de Ntola	4 cooperativas	Uma Associação de Mineiros Artesanais, a AMAG, e possivelmente uma associação Mapai	4 associações de mineração artesanal de ouro e uma de rubi	5 associações de minas de ouro de pessoas naturais do distrito
Legalmente estabelecidas	Nenhuma	Sim	AMAG Sim, o estatuto da Mapai não é claro	Não	2: Associação de Mineira 3 de Fevereiro Nanlia; Associação Mineira de Nanlia
Licença de Mineração	Não	Sim	Não	Não	Não
Impactos da Mineração Artesanal	<ul style="list-style-type: none"> • Apesar da perseguição, a mineração artesanal gera maiores ganhos do que os trabalhadores de empresas legais • Surgimento de áreas fora do controlo do Estado e da sociedade civil • Muitos jovens locais são presos por extraírem recursos das suas próprias terras 	<ul style="list-style-type: none"> • Ganhos significativos para as famílias de garimpeiros que possuem as terras • Práticas significativas de responsabilidade social • Grande potencial para contribuições para as receitas do Estado • Surgimento de uma área fora do controlo do Estado e da sociedade civil • Ataques a compradores de ouro a caminho da Tanzânia • A exploração mineira aluvial polui as águas • Trabalho infantil 	<ul style="list-style-type: none"> • Ganhos significativos para famílias de mineiros da associação AMAG, com cerca de 60 membros naturais do distrito • Modestas práticas de responsabilidade social • Grande potencial para contribuições para as receitas do Estado • Urgimento de uma área fora do controlo do Estado e da sociedade civil (ilegais) • Poluição ambiental no PNG e arredores / muitas detenções • Corrupção ligada à presença de militares e do serviço de segurança (SISE) / evasão fiscal 	<ul style="list-style-type: none"> • Ganhos significativos distribuídos de forma equitativa numa economia mais vasta de mineração artesanal / garimpo • Impressionantes práticas de responsabilidade social • Grande potencial para contribuições para as receitas do Estado • Sinergias e colaboração com o sector agrícola • Perseguição de mineiros pela polícia e potencial conflito com empresas • Aumento da criminalidade, incluindo roubos e suspeita de violência sexual 	<ul style="list-style-type: none"> • Ganhos significativos distribuídos de forma equitativa na economia mais vasta da mineração artesanal / garimpo • Grande potencial para contribuições para as receitas do Estado • Riscos de conflito com a polícia e as empresas de mineração industrial • Riscos de conflito entre duas associações às quais foi atribuída a mesma área de 55 ha pelo governo provincial
Outras empresas de mineração	MRM e Nairoto Resources, com os accionistas Gemfields e Mwiriti Ltd. (60% detidos por Raimundo Pachinuapa)	Existem várias licenças e as cooperativas procuram parceiros e investidores com capital	Irmãos Minerais Lda., criada pelo falecido Ministro do Interior, Manuel António	Loly Mining, MRM, Yola Lda, Alberto Chipande, Pachinuapa	Yola Lda, Chipande, Austral Bound
Impacto de outras empresas de mineração	<ul style="list-style-type: none"> • A Montepuez Ruby Mining (MRM) contribui significativamente para as receitas do Estado; as duas geram emprego • Implementam a responsabilidade social • Exclusão social e marginalização das mulheres, que não são contratadas pelas empresas • Ocupam vastas áreas que não podem ser utilizadas pelos habitantes locais e não são efectivamente supervisionadas pelo Estado nem pela sociedade civil 	<ul style="list-style-type: none"> • O envolvimento de parceiros pode comprometer a autonomia das cooperativas sem necessariamente melhorar a transparência e a situação dos direitos humanos • Risco de conflitos entre investidores e cooperativas e entre empresas e cooperativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Modesta contribuição para as receitas do Estado • Surgimento de uma área fora do controlo do Estado e da sociedade civil • Evasão fiscal 	<ul style="list-style-type: none"> • Através de licenças, dão um modesto contributo para as receitas do Estado • As empresas ainda não exploram minas, mas ocupam áreas que não podem ser utilizadas por residentes ou mineiros artesanais e o acesso à área é arriscado • Surgimento de uma área fora do controlo do Estado e da sociedade civil 	<ul style="list-style-type: none"> • Através de licenças, dão um modesto contributo para as receitas do Estado • As empresas ainda não exploram minas, mas ocupam áreas que as associações mineiras não estão autorizadas a utilizar • Surgimento de áreas fora do controlo do Estado e da sociedade civil, com fortes riscos de outras utilizações da mata.
Principais conflitos	<ul style="list-style-type: none"> • Garimpeiros vs. a polícia, o governo e as empresas pertencentes à elite • Perseguição de garimpeiros • Violência extrema contra locais, mineiros, compradores e alegadas prostitutas 	<ul style="list-style-type: none"> • Exclusão de pessoas que não pertencem à Frelimo • Falta de representação dos mineiros tanzanianos nas cooperativas • Autoritarismo e problemas no gozo dos direitos civis e dos trabalhadores 	<ul style="list-style-type: none"> • Garimpeiros vs. agricultores • Mineração artesanal / garimpo ilegal vs. polícia e Parque Nacional da Gorongosa (PNG) • AMAG e Irmãos Minerais sonham ao governo o valor obtido • O conflito em torno da partilha dos ganhos parece ter uma dimensão partidária 	<ul style="list-style-type: none"> • Apesar do incentivo do governo distrital para formar associações, os mineiros são chantageados por funcionários oportunistas e pela polícia • Forte risco de conflito com as empresas e com o governo, que defende os interesses da empresa 	<ul style="list-style-type: none"> • Apesar das boas relações com o governo distrital, as associações sem licença de exploração mineira são vulneráveis à perseguição policial • Fortes riscos de conflito com os interesses das empresas e do governo

Tabela 3: Algumas áreas restritas de mineração e conservação ambiental*

Place	Interesse	Área	Características
Parque Nacional da Gorongosa	Conservação da biodiversidade, garantindo a continuação de processos ecológicos, preservando valores naturais e desenvolvendo uma indústria de ecoturismo. A caça de subsistência, o abate de árvores ou a prática da apicultura e da agricultura não são permitidos em parques nacionais em Moçambique, porque o seu objectivo é a conservação do ambiente sem a presença de residentes locais.	4.086 km2 de área de protecção total, com acesso restrito nos distritos de Gorongosa, Muanza e Cheringoma, província de Sofala, e mais uma zona tampão de 5.333 km2, que para além dos distritos acima referidos, também se estende pelos distritos de Maringwe, Nhamatanda, Dondo e Caia.	A área é controlada conjuntamente pelo governo e pela Fundação Carr, americana, mas na prática, ao abrigo de contratos assinados em 2008 e 2018, o governo moçambicano deu à fundação autoridade para controlar a área até 2053. Uma população estimada em cerca de 150.000 - 200.000 pessoas vive na zona de protecção, principalmente na zona tampão, (BR, I Série, 25/07/2016). Os residentes locais não estão autorizados a utilizar a maior parte dos recursos naturais, incluindo para subsistência, e o acesso é restrito. A população das zonas tampão queixa-se de medidas repressivas para os expulsar das suas terras, de ataques de animais e da proibição da caça para fins de alimentação. As coutadas actualmente activas (2) e as inactivas (15) em redor do parque fazem parte do mesmo ecossistema e beneficiam do parque. Foi inicialmente fundada em 1920 como uma reserva de caça para os administradores da Companhia de Moçambique e os seus importantes visitantes europeus. Apesar de não haver uma característica racial directa para actividades baseadas no poder de compra, a exclusão espacial do complexo do parque e as coutadas são, de certa forma, uma continuação da era colonial.
Nairoto Resources Limited (NR)	Mineração de ouro, metais preciosos, rubis e outras pedras preciosas e grafite.	1.960 km2 de concessão mineira (Nairoto Resources Ltd 2021), parcialmente vedada, no distrito de Montepuez, província de Cabo Delgado, onde os residentes locais, as autoridades do governo distrital, a polícia local, os jornalistas e os guardiões da sociedade civil não têm acesso.	A NR é uma joint venture entre a multinacional Gemfields Mauritius (75%) e a Mwiriti (25%). Accionistas como a Montepuez Ruby Mining (MRM) ocuparam outras vastas áreas nas proximidades. Em vez do controlo normal, existem duas forças policiais na zona: uma sob o comando provincial e a outra é segurança privada. Comparativamente, a MRM conta oficialmente com cerca de 500 seguranças privados, embora fontes locais estimem que o número real seja ainda mais elevado. As autoridades locais suspeitam de evasão fiscal e violação dos direitos laborais por parte da NR, mas devido ao acesso que lhes é vedado, não podem investigar. Outro exemplo da inexistência de controlo estatal é que a NR não permitiu que a empresa madeireira Panga, que possui licença e apoio comunitário, cortasse madeira na área. 60% das acções da Mwiriti pertencem ao famoso nacionalista moçambicano Raimundo Pachinuapa, que também detém áreas nos distritos de Marávia e Zumbo, em Tete (c.885 km2). Consequentemente, 85% da MRM e da NR são propriedade de estrangeiros.
Parque Nacional de Mágoè	Conservação ambiental.	3.745 km2, a maioria dos quais (98%) pertence ao distrito de Mágoè e 2% ao distrito de Cahora Bassa, na província de Tete. O parque e a sua zona tampão estão localizados entre a fronteira com o Zimbabwe e a barragem de Cahora Bassa.	A sede do distrito está localizada perto do parque, que ocupa 43% do distrito, embora a área do parque seja vigiada pelos seus fiscais, ao abrigo da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC). A maioria dos meros 26 fiscais são comunitários, herdados do projecto de conservação ambiental comunitária Tchuma Tchato, que teve uma dinâmica muito diferente da do parque actual, que visa a conservação do ambiente sem a presença de habitantes locais. Embora os guardas do parque sejam contratados pelo Estado, o parque possui autonomia para aplicar multas e confiscar, o que já causou um conflito crescente com o governo distrital, que concedeu licenças de pesca para áreas onde o parque proíbe estas actividades. As comunidades pesqueiras queixam-se de medidas autoritárias para expulsar os residentes das suas terras, dos guardas-florestais que queimam redes e cobram aos seus residentes taxas do parque, e de ataques de animais ferozes. O Comité de Gestão dos Recursos Naturais só recebeu os seus 20% num ano (2015) desde que o parque foi criado em 2013, enquanto que na altura em que o projecto Tchuma Tchato existia, beneficiavam do turismo (especialmente da caça) todos os anos.

As principais fontes desta tabela são entrevistas e conversas com fiscais públicos ou privados, técnicos do governo provincial e distrital (especialmente os serviços de actividades económicas), garimpeiros, agricultores, membros da comunidade, líderes, activistas e pessoal das ONG, que foram realizadas em Tete, Sofala e Cabo Delgado em Junho-Agosto de 2021. Outras fontes para as áreas de conservação foram o Biofund (2021) e para as empresas mineiras NR e MRM, foi o Registo de Mineração de Moçambique. (MIREME, 2021).

investigadores fizeram questão de iniciar o trabalho de campo juntamente com os assistentes locais e tomaram parte nas primeiras entrevistas; desta forma incluíram a parte sensorial dos encontros de pesquisa e o campo de pesquisa na sua análise. Foram discutidos os materiais obtidos a partir deste primeiro momento de trabalho conjunto no terreno, e estas discussões continuaram por telefone, via e-mail e em grupos WhatsApp especificamente criados para a comunicação entre as equipas e os pesquisadores principais. Na fase principal da análise, foram organizados dois seminários internos onde as equipas de cada província puderam trocar experiências de trabalho de campo nas suas respectivas províncias. Estas sessões, que duraram cerca de oito horas, ajudaram a entender e interpretar material que, na sua maioria, foi produzido pelos assistentes, uma vez que os pesquisadores principais só participaram em um quarto das entrevistas. Outro método para absorver o material foi ouvir gravações, muitas vezes seleccionadas de acordo com a vontade intelectual e emocional dos entrevistados de partilhar os seus conhecimentos e as suas perspectivas, identificados durante a leitura inicial de resumos e transcrições. Reproduzir as gravações permitiu ouvir tons irónicos, emocionais, duros e outras componentes audíveis muito importantes para a interpretação de significados que não podem ser identificados no texto simples. Os detalhes da vida dos participantes narrados e gravados podem dar uma imagem mais viva e autêntica do que a apresentada nas transcrições e resumida nas tabelas preparadas com os assistentes. A secção a seguir apresenta os diferentes grupos envolvidos na pesquisa, assim como a colaboração da equipa de pesquisa com esses grupos.

COLABORAÇÃO DA EQUIPA DE PESQUISA COM OS VÁRIOS GRUPOS ENVOLVIDOS

A pesquisa participativa é um método de trabalho de campo baseado na colaboração e interacção entre os vários actores provinciais e locais na gestão dos recursos naturais. Requer uma descrição destes grupos e das suas características, assim como a nossa colaboração com estes actores em geral. Os actores são individuais ou colectivos: comunidades, associações, instituições, grupos focais, grupos clínicos e outras organizações. Em especial nas zonas rurais, a narrativa dos participantes da pesquisa foi muitas vezes colectiva – possivelmente com um orador principal,

mas na presença de várias pessoas que acompanharam, apoiaram e testemunharam o relato através da sua presença, palavras e gestos. Deve também salientar-se que a maioria dos entrevistados desempenha diversos papéis sociais nas suas comunidades, que podem nem sempre ser evidentes em reuniões de duração relativamente curta. Por exemplo, um participante na pesquisa foi o director de uma escola primária, que é também membro e o tesoureiro de uma Associação de Mineiros Artesanais (em Chiúre); outro foi um funcionário dos SDAE, que é também um madeireiro (em Sofala); um membro do Comité de Gestão dos Recursos Naturais, que é também agricultor, membro da associação agrícola e membro da Organização da Mulher Moçambicana (OMM²) (em Montepuez); um padre, que é também activista social, locutor de rádio e pesquisador (em Pemba). Os múltiplos papéis, bem como algumas práticas históricas e políticas em Moçambique, significam que diferentes tipos de actores se reúnem com frequência com representantes de outros sectores, exceptuando organizações muito remotas, que podem não sentir a presença do Estado ou reunir-se com representantes de organizações da sociedade civil provenientes das zonas urbanas. Além disso, as empresas envolvidas em mega-projectos podem dar prioridade aos contactos com o governo central antes e depois das consultas comunitárias obrigatórias. O problema da colaboração entre sectores não é necessariamente quantitativo, mas sim qualitativo. As reuniões entre as grandes empresas e as comunidades com um grau de escolarização incipiente são muitas vezes marcadas por uma assimetria no poder que não é tomada em consideração e não podem, de modo algum, ser consideradas “espaços seguros”.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS, COMUNIDADES LOCAIS E LÍDERES COMUNITÁRIOS

Esta pesquisa entende a sociedade civil de forma mais alargada do que é habitual, recorrendo a abordagens mais abrangentes vindas do Sul Global, utilizando um conceito que o Índice da Sociedade Civil CIVICUS, entre outros, adoptou: A arena da sociedade fora da família, do mercado e do Estado, onde as pessoas se associam para realizarem interesses, não só interesses comuns, mas também aspirações e interesses

² A OMM é uma organização de massas do partido Frelimo.

particulares, ou mesmo privados (Francisco, 2010: 55).

Esta definição descreve a esfera da actividade colectiva distinta do Estado, dos partidos políticos, do mercado e da família. No entanto, durante esta pesquisa, verificou-se que na realidade e no imaginário local, tal como concebido localmente, a esfera da sociedade civil cruza-se com estas outras esferas. Deste modo, o presente relatório de pesquisa inclui igualmente nesta categoria as comunidades, as organizações e as lideranças comunitárias que não representam meras posições individuais, mas são conjuntos colectivos. Inclui ainda associações e cooperativas laborais nas zonas rurais, devido à sua natureza comunitária, embora também possuam algumas características do sector privado.

Através desta definição, o objectivo é evitar restringir esta complexa esfera apenas à sociedade civil formal, composta por organizações não-governamentais (ONG) nacionais e internacionais, tais como os parceiros do consórcio neste projecto TIPS (IMD e FCA). Normalmente, as ONG funcionam como provedores de serviços ao Estado, ou no lugar deste, e também fiscalizam as actividades dos sectores público e privado, com o objectivo de contribuir para a “boa governação”. Todavia, e de acordo com os críticos de algumas definições mais restritas promovidas pelo Banco Mundial e outros actores cujo foco são as ONG, estas não são a única forma de sociedade civil (Ilal, Kleibl e Munck, 2014). Na sociedade moçambicana, o conceito mais restrito de sociedade civil tornou-se tão comum que os comités bem organizados e baseados nas próprias comunidades nem sempre se consideram parte da sociedade civil, mas aplicam este termo apenas às ONG, que são suas parceiras urbanas.

Para além das ONG sediadas nas capitais provinciais, a definição de sociedade civil adoptada nesta pesquisa inclui associações, comités, cooperativas e grupos formais e informais nas zonas rurais e de extracção, ainda que muitas vezes, e de diversas formas, se sobreponham à esfera económica e política. Nas zonas rurais, estas associações têm frequentemente as características de organizações de ajuda mútua e podem ter formas alternativas de dividir os rendimentos. A título de exemplo, as associações de mineiros artesanais (chamados garimpeiros) no distrito de Namuno, em Cabo Delgado, tendem a partilhar os lucros de forma

equitativa e, se possível, canalizar parte dos lucros para benefício comunitário, como a construção e apetrechamento de escolas, igrejas e mesquitas. Por outro lado, através deste modelo económico alternativo, tentam proteger as suas actividades, melhorar as condições da comunidade em geral e mitigar os conflitos com outras actividades económicas da comunidade, tais como a agricultura. Embora possam também servir interesses colectivos, as associações de mineiros têm quase sempre um estatuto jurídico precário e vulnerável e são perseguidas pela polícia, empresas de mineração industrial e, por vezes, por funcionários públicos corruptos e oportunistas.

De um modo geral, as associações agrícolas e de mineiros, muitas vezes em locais distantes dos centros urbanos e de difícil acesso, acolheram a equipa de pesquisadores como visitantes raros e tornaram-se quase automática e intuitivamente os principais participantes nas discussões dos grupos focais, embora em alguns casos tenham questionado de forma muito perceptível as intenções declaradas dos pesquisadores. Porém, nas zonas urbanas, as entrevistas e conversas tendem a ser predominantemente individuais. Como representantes da sociedade civil no seu sentido mais amplo, são também incluídos régulos, rainhas e outras autoridades hereditárias (tradicionalistas), “os chefes tradicionais, os secretários de bairro ou aldeia e outros líderes legitimados como tal pelas respectivas comunidades locais” (Decreto 15/2000), que por lei, são considerados representantes legítimos das comunidades locais. Entrevistámos régulos/mwenes (chefes do sexo masculino), bibis/rainhas (chefes do sexo feminino), fumos ou nfumos, sapangas e os chefes de linhagens clânicas, que para além de serem representantes do povo, são também considerados líderes espirituais com responsabilidades cerimoniais muitas vezes ligadas ao uso e gestão dos recursos naturais. O governo classificou as autoridades comunitárias em três níveis hierárquicos de reconhecimento formal. No entanto, as noções locais de autoridade, importância, papel, tarefas, posição social, características culturais, aspectos relacionados com o género, bem como as relações sociais e a articulação destes líderes com as autoridades estatais e os partidos políticos, variam consideravelmente entre diferentes localidades e regiões culturais. Não obstante, de um modo geral, pelo menos na vida quotidiana moçambicana,

raramente constituem uma estrutura socialmente separada das comunidades.³ A equipa de pesquisa encontrou os chefes de posto ou localidade e outros representantes locais do Estado, muitas vezes com ligações estreitas com estas autoridades nativas locais e participando com frequência nestas reuniões durante o trabalho de campo.

Os aspectos mais peculiares deste material de pesquisa podem ser encontrados nestes encontros rurais por detrás da “linha abissal”⁴ da invisibilidade social onde as comunidades locais recontam as suas perspectivas sobre a gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento local. O objectivo é transcender o conceito comum “deste lado” da linha abissal, ou seja, que no mundo invisível e rural “não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos que, na melhor das hipóteses, podem se tornar objecto ou matéria-prima de investigações científicas” (Santos, 2007: 79). Nesta pesquisa, observou-se que os actores locais muitas vezes possuem propostas realistas sobre a gestão dos recursos naturais, que partem da sua percepção e compreensão das condições reais e de uma estimativa do potencial das suas comunidades. Esta é a parte da sociedade civil que é muitas vezes invisível para a sociedade urbana, mais escolarizada e, portanto, “cívica” (que inclui ONG, pesquisadores, jornalistas e políticos), mas que no fundo, representa a grande maioria dos moçambicanos que este projecto pretende abranger. É também a parte da população que potencialmente e, em alguns casos, de facto, beneficia de formação e de outros tipos de apoio que poderiam criar, da sua parte, uma maior apropriação dos recursos naturais.

São também as pessoas menos escolarizadas que são muitas vezes acusadas, ou mesmo perseguidas, por serem tradicionalistas ou tribalistas e resistentes à mudança e ao desenvolvimento. Porém, este relatório defende que algumas zonas rurais são, de facto, bastante cosmopolitas,

³ Contrariamente ao caso da nobreza europeia ou dos chefes africanos que caçavam escravos de séculos anteriores, que para alguns investigadores influentes (Serra, 1997: 44-51), foram elementos de comparação ao descrever “chefes tradicionais”.

⁴ A linha abissal é a metáfora utilizada por Boaventura Sousa Santos (2007) para as linhas estruturais, que apesar de invisíveis, são profundas e estruturam a divisão da sociedade em dois reinos distintos: um “deste lado da linha” (os incluídos) e um “do outro lado da linha” (os excluídos).

multiculturais e multilingues. Embora a população rural – frequentemente, e sobretudo em locais particularmente ricos em recursos, zonas de trânsito e perto das fronteiras nacionais – enfrente riscos associados à migração e não esteja totalmente livre de atitudes xenófobas, integra facilmente irmãs e irmãos africanos de outras províncias ou nacionalidades, ou mesmo pessoas de outros continentes, nas actividades económicas da comunidade. Com efeito, as zonas rurais estão em constante movimento e fluxo por razões económicas, familiares e climáticas e, tal como acontece em Cabo Delgado actualmente, estes movimentos podem estar ligados a conflitos armados e militares e a catástrofes de outra natureza. Por exemplo, as minas de pedras preciosas, incluindo as minas artesanais, são predominantemente locais internacionais, embora a composição étnica e o papel dos habitantes locais dentro delas varie consideravelmente. Na localidade de Lupilichi, no distrito de Lago, por exemplo, tanto os locais como os seus congéneres tanzanianos são mais fluentes na língua franca da África Oriental, o kiswahili, do que em português. Quando confrontadas com multinacionais, como em Tete, as comunidades rurais podem trocar experiências com comunidades afectadas noutros países através de organizações como o Movimento Internacional dos Atingidos pela Vale. Por outras palavras, o mundo rural já está muito mais internacionalizado e em constante mudança do que a sua imagem pública. Estas pessoas dificilmente podem ser consideradas como “ignorantes” ou “resistentes à mudança” per se, mas apenas a mudança imposta e importada pelo capital ou do estrangeiro por corporações multinacionais, o que muitas vezes implica o reassentamento forçado, a perda de terras, casas e sepulturas de entes queridos, mudanças que praticamente não foram ou foram mal negociadas, e onde as comunidades normalmente perdem muito mais do que beneficiam. Mesmo nos casos de reassentamento aparentemente exemplar, como o da Syrah Resources, no distrito de Balama, Cabo Delgado, devido à mineração de grafite, não existe transparência e abertura suficientes para que observadores como a nossa equipa, activistas dos direitos humanos, jornalistas, ou mesmo fiscais do governo, possam facilmente avaliar a situação real.

É importante salientar que embora divergindo um pouco nas suas crenças, meios de subsistência e condições de

vida, a sociedade civil formal e informal, tanto nas zonas urbanas como rurais, pertence, pelo menos ocasionalmente, ao mesmo “ecossistema”. As ONG urbanas (por exemplo a ORAM⁵, ROADS⁶, Aceagrários⁷, CCM⁸, Justiça Ambiental) juntamente com organizações e fundações internacionais (tais como o WWF ou a Fundação Carr) e sectores governamentais, especialmente os Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), sensibilizam e capacitam com frequência os comités e as associações rurais. Dentro dos seus limites orçamentais, o governo licencia e controla tanto os projectos das ONG como a utilização local dos recursos naturais, mas as ONG ganham o poder e a responsabilidade inicialmente detidos pelo governo porque podem aceder mais facilmente ao financiamento internacional do que os departamentos do governo provincial com financiamento insuficiente, ou as associações rurais com menos capital educacional. Durante a nossa pesquisa, as ONG e os actores espirituais e religiosos, incluindo os líderes comunitários e organizações comunitárias rurais, muitas vezes colaboraram connosco com grande dedicação e abertura, apesar de por vezes faltar a experiência de equipas de pesquisa académica ou, ao contrário da nossa intenção, nos terem confundido com representantes do governo ou do partido no poder. Os representantes da sociedade civil nas capitais provinciais e outras pessoas bem informadas da província, tais como jornalistas e líderes religiosos, prestaram uma grande ajuda no mapeamento de conflitos, na identificação de actores e recursos e, por vezes, como no Niassa, ajudando mesmo a melhorar o plano de deslocações de pesquisa, partilhando os seus conhecimentos e experiência dos distritos.

ESTADO MOÇAMBICANO

A colaboração com as autoridades públicas para efeitos desta pesquisa foi, de um modo geral, boa. Tal pode ser explicado pelo facto de os objectivos do projecto TIPS de promover a gestão inclusiva e pacífica dos recursos naturais, dos quais esta pesquisa faz parte, estarem notavelmente próximos da letra e espírito inclusivos das legislação moçambicana no que toca

5 Organização Rural de Ajuda Mútua.

6 Rede das Organizações para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

7 Associação de Consultores e Extensionistas Agrários

8 Conselho Cristão de Moçambique

a gestão dos recursos naturais, em particular a Lei de Terras (19/97)⁹. Esta reconhece as práticas habituais e estabelece que o uso e usufruto da terra são “um meio universal de criação de riqueza e de bem-estar social” e “o direito de todo o povo moçambicano”. A Lei de Minas (20/2014) e a Lei do Petróleo (21/2014), que podem contradizer o acesso universal aos recursos garantido pela Lei de Terras em áreas licenciadas para prospecção e extracção, exigem, no entanto, a consulta das comunidades, benefícios para as comunidades locais e um Memorando de Entendimento entre o governo, a empresa e a comunidade. Embora as licenças para a exploração mineira sejam aprovadas pelo governo provincial, uma vez que as negociações decorrem entre as empresas multinacionais e o governo central, com as decisões a serem publicadas no Boletim da República, na realidade a implementação e as decisões dependem sempre do governo central. O mesmo se aplica ao reconhecimento das associações, que é oficialmente decidido a nível provincial, mas a implementação prática está dependente da vontade do governo central. Em geral, os governos provincial e distrital acolheram a equipa de pesquisa com muito calor e hospitalidade. Apesar de tanto o governo central como os governos distritais serem tipicamente governados pelo mesmo partido político, a Frelimo, dominante desde a independência, em conversas com os governos locais queixaram-se frequentemente da sua falta de poder nas actividades de licenciamento e das associações e outros aspectos fundamentais da gestão dos recursos naturais. Achavam que o licenciamento era muito centralizado – talvez não de acordo com a legislação, mas na realidade – especialmente no domínio da exploração mineira.

De acordo com funcionários do governo distrital e funcionários públicos locais em geral, a centralização do licenciamento e do policiamento causa problemas aos governos distritais e unidades policiais locais. Eles são responsáveis pela gestão das suas comunidades, vivem com elas, mas não têm as ferramentas essenciais para exercer o poder. Por vezes têm de implementar políticas impostas de cima, com as quais não estão necessariamente de acordo. Sendo o Estado, como um todo, uma entidade extraordinariamente complexa, houve excepções à colaboração geralmente boa com as entidades

9 Desde 1997 que a lei é regulamentada através do Decreto N. 66198 -I SÉRIE - Número 48 (Terça-feira, 8 de Dezembro de 1998).

públicas. Registaram-se experiências negativas, primeiro com o Secretariado do Estado em Inhambane, que não deixou a equipa de investigação trabalhar sem as credenciais do governo central (o que é algo de muito excepcional em Moçambique), e com agentes de segurança do governo no distrito do Lago, descritas de forma detalhada mais adiante. Mesmo no distrito de Moatize, em Tete, conhecido pela sua extracção de carvão, ocorreram pequenos atrasos devido à acreditação. Um terceiro aspecto lamentável é que em certas áreas de extracção, em especial no caso dos megaprojectos, o governo central entregou a sua autoridade a actores privados, como a Nairoto Resources e a Montepuez Ruby Mining, no distrito de Montepuez em Cabo Delgado, e ao Parque Nacional da Gorongosa, em Sofala. Isto tornou difícil ou mesmo impossível a realização de trabalho de campo nestas áreas fechadas e não transparentes, onde segundo fontes consultadas fora destas áreas, existem muitos problemas de ordem e segurança, tais como violência, violações dos direitos laborais e cívicos e evasão fiscal. Todavia, mesmo nestes casos houve uma boa colaboração com o governo local, e as autoridades locais estavam dispostas a colaborar com vista a facilitar mutuamente o acesso, que normalmente é vedado até mesmo a essas autoridades, ao abrigo do contrato entre o governo central e a empresa privada. A equipa chegou mesmo a ser aconselhada, para utilização em projectos futuros, sobre como obter credenciais especiais para entrar e incluir estas áreas restritas em futuros trabalhos de campo. E, por último, é impossível ignorar a corrupção generalizada nas instituições públicas. Os funcionários corruptos tendem a ser menos participativos nas entrevistas e culpam as comunidades para evitar serem expostos, embora a equipa normalmente encontre explicações para as suas posições. Apesar destes aspectos negativos, a equipa encontrou-se com muitos funcionários profissionais dedicados ao desenvolvimento local e com uma boa compreensão dos problemas locais que ajudaram a pesquisa.

SECTOR PRIVADO

A colaboração com empresas envolvidas em megaprojectos, ou melhor, a sua inexistência, foi parcialmente discutida anteriormente. Algumas multinacionais e os seus funcionários manifestaram a sua vontade de participar na pesquisa, mas por razões de tempo, esta centrou-se mais

nas pequenas e médias empresas e nos negócios. No caso da exploração em grande escala, foram produzidos materiais de pesquisa essencialmente sobre as comunidades afectadas pelas multinacionais, as organizações não-governamentais afins e os governos locais. Houve muita boa colaboração com empresas de mineração, moageiras, associações e cooperativas agrícolas e de mineração, pedreiras, empresas madeireiras, operadores turísticos, comités de pesca e Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN), que por vezes também desenvolviam actividades económicas. Concluindo, embora se tenha verificado uma boa colaboração com os sectores público, privado e da sociedade civil durante o processo de pesquisa, o tempo gasto no terreno foi insuficiente para construir relações de confiança com os participantes da pesquisa com a mesma profundidade que durante um trabalho de campo prolongado. Apesar deste constrangimento, a confiança e abertura em geral foram suficientes para atingir os objectivos da pesquisa.

GÉNERO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Com vista a promover a igualdade de género e de sexo e conseguir um equilíbrio nos materiais e resultados da pesquisa, dentro das possibilidades, a equipa de pesquisa tentou maximizar a presença de mulheres tanto na própria equipa como entre os participantes da pesquisa. Este aspecto foi importante, tanto do ponto de vista ideológico como metodológico, uma vez que as pesquisadoras têm mais facilidade de aceder e incentivar as entrevistadas a falar, especialmente nas zonas rurais. Infelizmente, dados os outros critérios de recrutamento, não foi possível obter um equilíbrio total de 5 assistentes de pesquisa do sexo feminino e 5 do sexo masculino, e acabou-se por recrutar 4 mulheres e 6 homens. O desequilíbrio entre os entrevistados é ainda maior porque a sociedade ainda não atingiu a equidade em termos de nível de instrução e cargos de liderança no Estado, no sector privado e em organizações comunitárias rurais. A equipa pôde interagir apenas com uma Administradora de Distrito em Montepuez, e quase todos os entrevistados, tanto nos serviços de actividades económicas provinciais como distritais, eram do sexo masculino, devido à sua disponibilidade, às suas tarefas e cargos que ocupavam.

Entre os líderes comunitários, onde as regras de hereditariedade determinam a liderança independentemente do género, as mulheres estavam mais representadas, mas eram ainda uma minoria aritmética, embora tenha sido feito um esforço no sentido de identificar bibis, ou rainhas. Paradoxalmente, as rainhas estavam muitas vezes ocupadas a trabalhar na utilização dos recursos naturais, como por exemplo nos campos, e na maioria dos casos estavam menos disponíveis para conversar. Embora não fosse fácil localizá-las no terreno, nas capitais provinciais ouvimos histórias de rainhas que eram muito importantes para a gestão dos recursos naturais, promovendo a conservação, a participação de outras mulheres e a defesa das suas comunidades. Em Tete, por exemplo, a Rainha Maria encorajou a utilização sustentável dos recursos naturais no distrito de Mágoè, na altura do projecto Tchuma-Tchato, para a protecção da natureza pelas comunidades. No Niassa, os entrevistados destacaram a importância de algumas bibis (rainhas: Che Kalange, Che Chipengo e Che Nampana) para a gestão dos recursos naturais nas comunidades do distrito de Sanga. No distrito de Inhassoro, em Inhambane, a Rainha Maria (Benguela) é famosa pelo seu apoio à população pesqueira e pelas suas duras críticas à Sasol, porque a companhia de gás quase não emprega jovens provenientes deste distrito. As rainhas que em vez de se limitarem ao trabalho doméstico, estão ocupadas em campos ou florestas distantes à procura de alimentos, lenha ou plantas medicinais são apenas um exemplo das mulheres tornadas invisíveis atrás das linhas abissais acima mencionadas. Por exemplo, enquanto se dirigia para uma reunião na mina de ouro na localidade de Tsiquiri, em Gorongosa, a equipa de pesquisa deparou-se com muitas mulheres que carregavam cerca de 10 quilos de lenha na cabeça, caminhando na berma da estrada, e que não puderam ser entrevistadas.

Quando as mulheres se casam, não se tornam o chefe da família e normalmente ganham menos dinheiro do que os seus maridos, mas são as principais utilizadoras e processadoras dos recursos naturais para fins de subsistência. Elas produzem os alimentos. Utilizam, transportam e vão buscar água, lenha e legumes e praticam certos tipos de pesca e caça. São as pessoas mais afectadas pelos megaprojectos, pela extracção de recursos minerais e pelo abate de árvores.

A utilização, deterioração ou conservação total dos recursos naturais aumenta muitas vezes a distância às fontes da sua subsistência diária, ou torna as famílias mais dependentes de um rendimento monetário para utilizar bicicletas e motorizadas, comprar produtos de mercado, etc., em vez de cultivar, colher e trabalhar nos campos e florestas. Estas mudanças, muitas vezes referidas como desenvolvimento, tendem a marginalizar as mulheres e a aumentar o papel do homem como “o principal ganha-pão”. Embora a posse de uma motorizada indique um rendimento monetário, pode também ser necessária para o acesso a um recurso (água, terra arável, lenha), que já fora acessível a pé, mas agora está demasiado distante. Isto resulta numa maior marginalização de algumas mulheres que perdem parte do valor de usar as suas pernas e se tornam dependentes da disponibilidade e vontade de terceiros.

Esta situação deu-se no posto de Nairoto, em Montepuez, onde a empresa de mineração Nairoto Resources tomou conta de uma grande área de mineração industrial de pedras preciosas e, até à data, só emprega jovens do sexo masculino.¹⁰ Na zona costeira, podem ser observados exemplos diferentes, onde o papel da mulher como vendedora e principal distribuidora de recursos marinhos cresce com a expansão do mercado da pesca. No entanto, a deterioração dos recursos marinhos e os constrangimentos impostos à pesca devido às mudanças climáticas, à sobrepesca, à conservação ambiental ou à extracção de gás natural têm causado impactos na subsistência e independência destas vendedoras. A guerra¹¹ que se regista em Cabo Delgado desde Outubro de 2017 e que já criou mais de 700.000¹² deslocados, teve um impacto particularmente drástico nas mulheres deslocadas das comunidades pesqueiras ao longo da costa, que perderam o seu papel de principais vendedoras e processadoras de peixe.

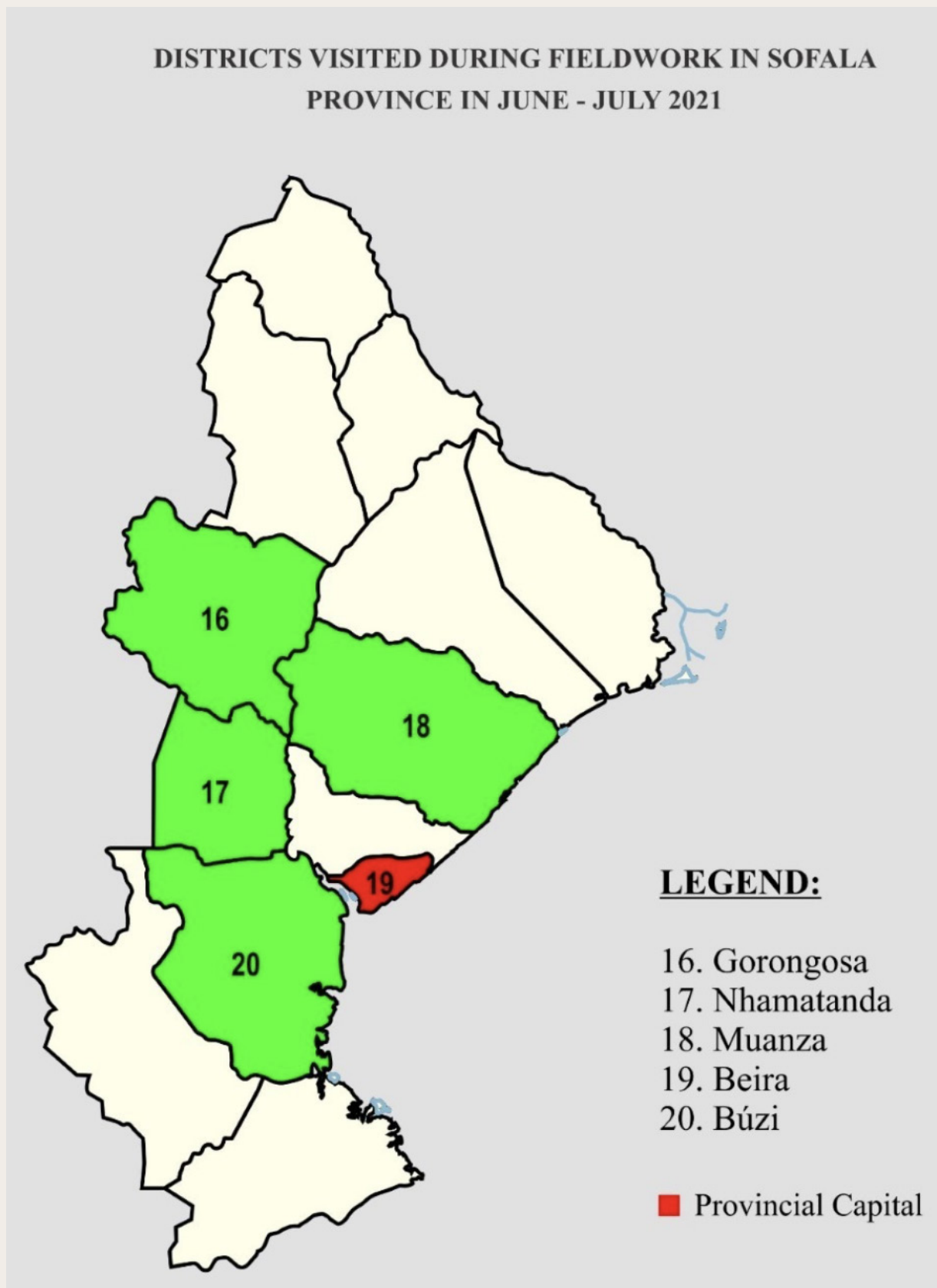
As leis e regras respeitantes à composição dos Comités de Gestão dos Recursos Naturais (CGRN), os principais gestores

¹⁰ Mais pormenores sobre os impactos da exploração mineira em grande escala em Montepuez estão contidos num policy brief (Rantala, a), que faz parte desta pesquisa.

¹¹ Desde 2017, o norte de Moçambique, e Cabo Delgado em particular, tem sido vítima de ataques atribuídos a insurgentes jihadistas.

¹² UN Refugee Agency, 2021 (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados).

Mapa 2 – Distritos focais de Sofala



dos 20% das receitas provenientes da exploração florestal (discutidos em mais detalhe mais adiante), promovem a igualdade de género. Todavia, a equipa várias vezes encontrou mais homens do que mulheres nestes comités, mesmo quando eram presididos por mulheres, possivelmente devido ao seu envolvimento, já referido, em actividades de subsistência familiar. No entanto, a equipa de investigação visitou comunidades parcialmente lideradas por mulheres, tais como a comunidade remota de pessoas reassentadas em Mualadzi, distrito de Moatize, onde o CGRN, que se mostra particularmente activo e influente, possui cerca de 150 membros, 100 dos quais (75%) são mulheres, incluindo a presidente da comissão. Em Mualadzi, as mulheres não só dirigem o comité, como também as negociações entre a comunidade, o governo local e a empresa de mineração. Na sequência de motins, os quais acabaram em violência policial, as mulheres da comunidade decidiram que estariam na frente de futuras manifestações, no pressuposto de que a polícia seria menos agressiva com elas.¹³

Em suma, no que tange à pesquisa sobre o papel das mulheres no activismo civil, na economia de subsistência e em actividades como a mineração artesanal/garimpo, as pequenas empresas, a venda de meios de subsistência naturais e de recursos culinários, assim como a venda de alimentos e serviços em locais de trânsito, tais como minas, etc., justifica uma análise distinta, com mais tempo e recursos metodológicos específicos para que haja um foco nestes aspectos importantes.

A secção seguinte apresenta a dinâmica nas cinco províncias alvo do projecto. As dinâmicas nos 12 distritos que serão o foco do projecto mais alargado são analisadas em mais detalhe num Guia do Treinamento elaborado como parte da pesquisa global.

RESULTADOS POR PROVÍNCIA

[SOFALA] Em Sofala, o foco da pesquisa incidiu em cinco distritos – Gorongosa, Búzi, Muanza, Nhamatanda e a capital provincial, Beira – onde foram gravadas 39 entrevistas com 65 pessoas, incluindo trabalhadores e empresários envolvidos na exploração de pedras preciosas e ouro, autoridades

¹³ Mais detalhes sobre a comunidade de Mualadzi num policy brief do projecto TIPS (Rantala, b) e num Guia do Treinamento.

públicas, funcionários de ONG e membros de associações rurais, criadores de gado e horticultores, activistas sociais, inspectores, líderes comunitários e religiosos e membros de comunidades afectadas pela exploração de recursos naturais. Os principais recursos e tipos de exploração visados foram a agricultura, pedreiras (incluindo pedra calcária e basalto), extracção de ouro, exploração florestal (legal e ilegal), conservação ambiental, caça de subsistência (que foi ilegalizada) e caça (legal). Duas características distintas dos materiais de Sofala são o impacto do conflito militar e o impacto das mudanças climáticas.

O impacto do conflito militar que decorreu entre 2013 - 2016 e as suas consequências entre os antigos opositores da guerra civil de 16 anos (Renamo e o governo da Frelimo), foi também nitidamente visível na gestão dos recursos naturais. Em primeiro lugar, porque a província apresenta uma menor actividade de extracção legal de minerais valiosos e uma menor ocupação de terras para a exploração mineira do que qualquer outra província (Ministério dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique - MIREME, 2021), facto que tem impactos tanto negativos como positivos. Impactos negativos em primeiro lugar porque a província não utiliza correctamente as suas riquezas naturais. Em segundo lugar, o conflito impediu os Comités de Gestão dos Recursos Naturais de operar em vários distritos, em particular nos da Gorongosa, Maringwe e Cheringoma. Durante vários anos estes comités não puderam reunir-se e houve dificuldades em transferir os 20% das receitas provenientes da exploração dos recursos florestais, que por lei (Decreto n.º 12/2002) pertencem às comunidades locais.¹⁴ Vendo a situação do seu lado positivo, talvez a instabilidade na região central tenha salvo a província, durante alguns anos, do avanço e das maldições da “nova corrida para a África” por parte de forças neocoloniais, enquanto que noutras províncias a ocupação para a prospecção e pilhagem de recursos mineiros aumentou muito rapidamente nos últimos anos. As mudanças climáticas, sobretudo o ciclone Idai em 2019 e depois Chalane e Eloise, também tiveram um grande impacto nesta província. No

¹⁴ Os Regulamentos sobre a Protecção dos Recursos Florestais e da Fauna Bravia exigem a criação de conselhos locais para a gestão dos recursos naturais, bem como a transferência e utilização dos 20% resultantes das actividades de extracção de recursos florestais na respectiva comunidade, a serem utilizados para o bem comum. No entanto, estes conselhos locais são representados maioritariamente pelos comités de gestão destes recursos.

distrito de Búzi, o Idai causou conflitos de terra relacionados com o reassentamento de pessoas deslocadas. Em todos os distritos focais, incluindo a cidade da Beira, o Idai causou um aumento do conflito homem-animal e ataques de elefantes, crocodilos e outros animais. Por exemplo, os inquiridos mencionam o aparecimento de crocodilos no bairro da Manga, na cidade da Beira, depois de algumas quintas de crocodilos terem sido destruídas por ciclones. Outros factores subjacentes ao grande número de incidentes desta natureza são as reservas de caça e conservação ambiental, em especial nas proximidades do Parque Nacional da Gorongosa (PNG). Este parque tem um impacto enorme em todos os distritos focais onde o parque está localizado (Gorongosa, Muanza e Cheringoma) e nas suas zonas tampão, localizadas nos distritos de Maringwe, Nhamatanda, Dondo, Macossa e Caia, onde vivem cerca de 150.000 - 200.000 pessoas (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural¹⁵ - MITADER, 2016). Um ponto não menos importante, embora raramente abordado, é que os parques nacionais e as reservas de caça mantêm uma relação simbiótica, apesar das suas diferentes imagens públicas e clientela. Há também casos em que os habitantes locais encontram marfim no mato sem estarem envolvidos na caça, porque os elefantes já estão espalhados por grande parte da província. No entanto, encontrar marfim no mato é muito perigoso porque os fiscais desconfiam muito das comunidades, e de acordo com as acusações da comunidade, eles imediatamente espancam os suspeitos. Em Julho de 2021, um membro da comunidade que tinha encontrado marfim em Nguinha-Muanza morreu no hospital na sequência de violência de que foi vítima após ter sido preso.¹⁶

Uma parte considerável do material de pesquisa de Sofala centra-se na relação entre as comunidades locais e o Parque Nacional da Gorongosa. Abrange uma área de 4.086 quilómetros quadrados e a zona tampão ocupa uma área de 5.333 quilómetros quadrados. O Parque é actualmente gerido pela Fundação Carr / Projecto de Restauração da Gorongosa. A área está formalmente sob o controlo conjunto do governo e da fundação americana, mas ao abrigo de contratos assinados em 2008 e 2018, na prática, o governo moçambicano cedeu

a autoridade desta área à administração do parque até 2053. Formalmente, embora não operacionalmente, a administração do parque deve ser transferida para o governo moçambicano.

O parque foi originalmente fundado pouco depois da sangrenta derrota da revolta de Barué em 1920. Foi fundado pela Companhia de Moçambique como reserva de caça para administradores de empresas e visitantes da Europa, servindo assim os interesses raciais e de lazer da classe alta da sociedade colonial (Walker, 2015). Nessa altura, esta empresa colonial, que tinha direitos exclusivos delegados pelo Estado, controlava as actuais províncias de Manica e Sofala (Allina, 2012). Por seu turno, as intenções da Carr Foundation são de conservar o ambiente, as espécies e a diversidade biológica em geral, e para apoiar este objectivo, desenvolver uma indústria de ecoturismo que possa beneficiar as comunidades locais e granjear o apoio das pessoas afectadas pela expansão e consolidação do parque. Todavia, dado o enorme equilíbrio de poder assimétrico entre a Fundação/Estado e as comunidades, e a existência de 17 reservas de caça em redor do parque, algumas das suas características originais herdadas da era colonial mantêm-se, uma vez que a caça beneficia claramente da conservação e pertence ao mesmo “ecossistema” que o parque. Tal como na era colonial, a prática de caça desportiva exige a criminalização efectiva da caça de subsistência pelas populações locais da região.¹⁷ Neste momento, a maioria das coutadas estão abandonadas, contribuindo para o conflito homem-animal. Na zona do parque e na zona tampão onde se localizam as coutadas, a Fundação Carr exige policiamento e segurança autónomos, nos moldes de um Estado soberano. Também neste sentido, representa uma continuação da era das empresas coloniais, embora em zonas geográficas muito mais pequenas. Da perspectiva das comunidades nas proximidades do parque e arredores, a principal forma de confrontar o Estado é através do contacto com os representantes do parque, sobretudo com os fiscais, pois são os principais agentes de policiamento da zona.

¹⁵ Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural.

¹⁶ Informação oral em Julho de 2021.

¹⁷ No entanto, após o ciclone Idai, as comunidades empobrecidas encontraram uma oportunidade de praticar a caça furtiva em coutadas destruídas e abandonadas, tendo assim enfrentado os fiscais do PNG e as autoridades públicas.

Tabela 4: Sofala. Propostas identificadas para a melhoria da gestão/sucessos dos recursos naturais e dos actores e organizações da sociedade civil (OSC) visitados e indicados.

Província	Propostas de melhoria da gestão/sucessos	Actores e organizações da sociedade civil e das comunidades
Sofala	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Grupo de Paz da Gorongosa que inclui actores religiosos, mulheres influentes, líderes comunitários e soldados desmobilizados - Formação do CGRN e comunidades pelos SDAE e ONG - Avaliação dos CGRN pela ADEL (Agência de Desenvolvimento Económico Local) - Projectos de desenvolvimento local do Parque Nacional da Gorongosa para compensar os impactos negativos - Legalização de algumas associações de mineiros artesanais (garimpeiros) 	<ul style="list-style-type: none"> - ORAM (Associação Rural de Ajuda Mútua), ADEL - Grupo de Paz da Gorongosa - Associação de Mineiros Artesanais de Nharichonga - Metuchira-pita (Nhamatanda, 1 de Maio, Associações Agrícolas - Associação Fambizanai (Nhamatanda) - Associação dos Mineiros da Gorongosa (AMAG) - CGRN de Tambara (Gorongosa), Cuedja-Búzi (Búzi) - Associação Boas Vindas, Associação Agrícola Chibatano Nhamilonga (Gorongosa) - Comité/Associação Cuedja-Búzi - Comité/Associação Guara-Guara (Búzi)

As relações entre as comunidades e a gestão do parque, bem como o impacto da conservação, variam muito de um distrito e comunidade para outro. São muito difíceis em alguns lugares e mais harmoniosas noutros. Um aspecto positivo da relação é que ao contrário de muitas empresas que utilizam florestas, o PNG paga impostos e a sua transferência de 20% das receitas do Estado é reconhecida pelos Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) da zona. Quando ainda estavam em funcionamento, aparentemente as coutadas também pagavam impostos, e as comunidades visitadas reconheceram o impacto dos 20%. Em alguns locais, o parque implementa alguns projectos de desenvolvimento local bem sucedidos, tais como um projecto de café em Tambara e um projecto para promover a educação da rapariga. Noutros locais, as comunidades lamentam a frequência da presença de animais nos seus campos, o crescente conflito homem-animal, a destruição de culturas e até o perigo de vida, que obriga os habitantes locais a abandonar as suas terras, casas e sepulturas de entes queridos nas zonas de expansão e zonas tampão do parque sem receberem qualquer tipo de indemnização. Apesar dos possíveis benefícios das coutadas que podem ser transferidos para as comunidades, estas podem ter dúvidas e um sentimento de injustiça quando os turistas, devido ao seu poder de compra, têm direito à sua caça, enquanto a caça de subsistência pelos habitantes locais é proibida e severamente punida.

De um modo geral, é consensual que o parque desempenha um papel importante na conservação da diversidade ecológica e no contributo para a redução das emissões de carbono, factor essencial na luta contra as mudanças climáticas globais causadas por acção humana. No entanto, é inegável a forma violenta como esta conservação ocorre localmente e foi testemunhada pela equipa nas comunidades visitadas. Esta violência, descrita nas páginas anteriores, é antes de mais estrutural e cultural, pois as comunidades perdem o direito às suas terras e experiências, aos seus cemitérios e locais sagrados e à sua subsistência. Em segundo lugar, esta violência é física não só por causa dos animais, mas também por causa da vigilância militarizada privada do parque.¹⁸

Um exemplo que pode ser considerado como uma gestão bem sucedida dos recursos naturais é a legalização da Associação de Mineiros Artesanais da Gorongosa (AMAG), no distrito da Gorongosa. A AMAG existe há mais de uma década, mas só foi legalizada em 2017 (Governo da Província de Sofala, 2017). A legalização foi possível graças ao apoio do governo a nível local, que incentivou os mineiros e agricultores que descobriram ouro em Tsiquiri em 2002 a constituir uma associação. Em resultado da legalização, a mineração artesanal está a gerar um rendimento considerável para as famílias dos cerca de 60 membros locais no distrito e para

¹⁸ A violência praticada nesta região é descrita com mais pormenor no policy brief desta pesquisa (Rantala, a).

muitos fornecedores de serviços, que gozam de uma relativa segurança contra a perseguição. As relações entre o governo do distrito (da Frelimo) e a associação, liderada por um presidente do mesmo partido, são aparentemente boas, mas existe uma desconfiança implícita entre ambas as partes. Este facto pode ser exemplificado por um caso ocorrido em 2021, quando a associação deixou de fornecer informações sobre a quantidade de ouro extraído, alegando que não tinham encontrado ouro. Em entrevistas gravadas em Junho de 2021, os mineiros repetiram a mesma afirmação.

Existem vários distritos ricos em ouro e pedras preciosas, onde os locais enfrentam desafios na legalização das suas actividades de mineração, apesar de muitas das zonas da província ainda não possuírem concessões mineiras. Apesar de muitos requerimentos pendentes, a única empresa de mineração industrial licenciada na Gorongosa é a Irmãos Minerais Lda, fundada pelo falecido Ministro do Interior, Manuel António, que detém um certificado de mineração para cerca de 2.800 hectares. A legalização da empresa Irmãos Minerais levou menos de 10 dias, em comparação com mais

de uma década no caso da AMAG (MIREME, 2021). As duas empresas de mineração legais, a AMAG e a Irmãos Minerais, estão localizadas a cerca de 12 quilómetros da sede do distrito. Em contrapartida, a sul e a norte da aldeia, sobretudo na localidade da Casa Banana, onde houve uma descoberta invulgar de ouro em 2017, os locais não têm forma de legalizar a mineração artesanal, apesar de a descoberta ter atraído um grande número de altos funcionários do governo, dirigentes do partido no poder e agentes da polícia para beneficiarem da descoberta, incluindo membros do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), que já se encontravam na zona devido ao conflito militar.

As dificuldades de legalização, associadas ao conflito entre conservação e interesses de mineração, tornam os mineiros artesanais (garimpeiros) mais vulneráveis à perseguição, especialmente os não legalizados. Apenas dias após o fim dos trabalhos de campo na província, foi publicada uma reportagem sobre uma operação conjunta do PNG e da polícia, que resultou na detenção e posterior prisão de 42 mineiros na zona tampão não licenciada. (Observador, 2021).

Table 5 - Inhambane: Proposals identified on improving natural resource management / Success and the civil society organizations and actor (CSOs) visited and indicated

Província	Propostas concretas para melhorar a gestão/sucessos	Sociedade civil e organizações comunitárias
Inhambane	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de jovens das comunidades pesqueiras em Inhambane - Proposta sobre a formação de jovens em áreas de exploração do gás e do petróleo - Reconciliação entre os interesses de pesca, turismo e conservação em Vilankulo e Inhambane - Introdução de períodos de defeso e de restrições e estabelecimento da piscicultura - Acordo de Desenvolvimento Local preparado entre o Estado, a Sasol e as comunidades - Propostas sobre a formação de comités de gestão de recursos marinhos e florestais - Envolvimento mais acentuado das autoridades locais nos processos de licenciamento - Envolvimento das comunidades na actividade de fiscalização 	<ul style="list-style-type: none"> - Associação Marinha Megafauna, Ocean Revolution, Bitonga Divers - Congregação da Antiga Mesquita - CGRN em Pambara (Vilankulo), Mawaela e Pande (Govuro), Cometela, Závêla e Inhapel (Inhassoro) - Associação dos Pescadores de Vilankulo - Associação Moçambicana dos Pescadores de Inhassoro - AMOPI - Associação Juvenil Desportiva e Cultural de Inhassoro (AJUDESSE) em Inhassoro - Centro Terra Viva - Conselho Comunitário de Pesca (CCP) em Inhassoro - Rainha de Mikokuene (Inhassoro) - Régulos de Chitsotso e Maimelane (Inhassoro) - Fórum Provincial das ONG de Inhambane, dirigido pela Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC) e plataformas distritais

Mapa 3: Distritos focais em Inhambane

DISTRICTS VISITED DURING FIELDWORK IN INHAMBANE PROVINCE IN APRIL AND MAY 2021



Dois outros temas importantes para uma futura pesquisa sobre a gestão pacífica e inclusiva dos recursos naturais estão ligados a dinâmicas partidárias de inclusão e exclusão social. Em primeiro lugar, o papel dos militantes e dos combatentes desmobilizados da Renamo na gestão dos recursos naturais na província, incluindo a exploração artesanal do ouro em zonas simpáticas da Renamo, que é o segundo maior partido na política moçambicana desde as primeiras eleições multipartidárias em 1994. Em segundo lugar, a participação em negócios de terras, mineração e negócios imobiliários pela elite política, em particular a elite do partido no poder nestes locais (quer a nível local quer a nível central), excluindo a oposição. No distrito da Gorongosa, por exemplo, é claramente mais fácil para as associações ou empresas de mineração obter licenças se estiverem próximas do partido no poder. No entanto, nas montanhas a norte da vila da Gorongosa, como a Casa Banana e outras zonas que são tradicionalmente simpáticas da Renamo, também tem existido uma grande actividade de mineração há várias décadas, mas sem sinais de reconhecimento legal. Já em 1997, testemunhas referiram a existência de um intenso comércio de pedras preciosas nas proximidades da Serra da Gorongosa.¹⁹

[INHAMBANE] Em Inhambane, a pesquisa centrou as suas atenções em seis distritos, nomeadamente Inhassoro, Jangamo, Vilankulo e Massinga, assim como nos municípios de Inhambane e Maxixe, onde foram realizadas 34 entrevistas gravadas com trabalhadores e operadores envolvidos nos sectores de madeira, pesca, gás e petróleo, turismo, jornalistas, líderes religiosos, ambientalistas, autoridades públicas, activistas sociais, líderes comunitários e membros das comunidades afectadas. Embora não fazendo parte dos distritos visitados, foram realizadas algumas entrevistas sobre Govuro fora do distrito para comparar com a dinâmica na exploração do gás natural nos dois outros distritos do nordeste envolvidos. Os principais recursos e tipos de extracção estudados foram o petróleo e gás, areias pesadas, pesca, turismo, conservação ambiental e recursos florestais. Inhambane foi uma província muito importante porque sendo a primeira província estudada no trabalho de campo, a equipa teve de pôr em prática o plano de pesquisa e o guião de entrevistas, elaborados numa fase inicial nos escritórios, e

cruzar os planos com a realidade sociolinguística existente no terreno. Uma vez que foi a primeira província onde o trabalho de campo foi realizado, a colaboração com as autoridades públicas ainda não estava bem definida, e em termos metodológicos, era extremamente importante delinear rapidamente uma abordagem alternativa e desenvolver novas formas de reduzir o possível risco de fraca colaboração nas outras províncias. Em contrapartida, quando o trabalho de campo começou nas outras províncias, já havia um plano de viagem inicial.²⁰ Por estas razões, o tempo que os principais pesquisadores passaram no campo em Inhambane teve menos impacto do que nas outras províncias.

O maior desafio enfrentado na província de Inhambane foi a falta de colaboração por parte das autoridades públicas, resultado da influência não transparente sobre algumas autoridades que obedeciam a “orientações superiores” – instruções escritas e orais emitidas por figuras das autoridades, mas sem identificar quem as deu. Isto levou a que alguns funcionários públicos não se sentissem autorizados a colaborar com a nossa equipa.²¹ O contexto socioeconómico de Inhambane apresenta determinados aspectos que podem explicar a fraca colaboração. Apesar de ser um dos bastiões tradicionais do partido no poder, existem fortes tensões sociais, algumas já manifestadas e outras potenciais, associadas à extracção de recursos naturais, sobretudo nos dois locais onde a nossa pesquisa se centrou.

- 1. Conflito entre a companhia de gás natural sul-africana SASOL, que também envolve parceiros das elites nacionais, e a população predominantemente pesqueira do nordeste da província, nomeadamente em Govuro, Vilankulo e especialmente Inhassoro. As relações problemáticas entre o Estado e a SASOL também se inserem neste grupo.

²⁰ Em Inhambane, o plano de viagem foi elaborado durante a primeira reunião com os assistentes locais. Além disso, havia o site online que se destinava a circular instruções e modelos e distribuir materiais de investigação, o que facilitava a coordenação do trabalho, ainda não estava pronto.

²¹ Gonçalves (2013) fala de “orientações superiores” – orientações no contexto de reuniões com grupos-chave registadas em visitas provinciais durante os mandatos do Presidente Armando Guebuza. Como se pode depreender desta pesquisa, as “orientações superiores” são uma maneira informal de exercer a autoridade com forte continuidade da era do socialismo de partido único e muitas vezes – como neste caso – praticadas anonimamente, sendo os alvos destas ordens incapazes de identificar claramente quem deu a ordem.

¹⁹ Victor Igreja em conversa com Rantala, 30 de Outubro de 2021

- 2. Grande risco de conflitos que possam surgir quanto ao reassentamento e uso da terra ao longo das costas do distrito de Jangamo e das suas áreas vizinhas mais próximas, relacionados com a extracção de areias pesadas pelas empresas mineiras Rio Tinto e Matilda Minerais, com uma área licenciada de cerca de 400 quilómetros quadrados, que abrange quase um terço da área do distrito de Jangamo (Savannah Resources Limited, 2019: 39-43; Ministério de Administração Estatal, 2015).

No caso da SASOL, os protestos e reivindicações da população de Inhassoro chegaram ao conhecimento público em todo o país por várias vezes, durante e depois do trabalho de campo. Coincidentemente, uma das manifestações contra as políticas de responsabilidade social da SASOL e o seu fraco desempenho local em matéria de emprego, mesmo depois de terem passado seis anos desde o início da extracção, teve lugar no dia seguinte ao lançamento deste projecto em Maputo. (Deutsche Welle, 2021a). Dados os desafios com que a equipa se deparou durante o trabalho de campo acima referido, a voz dos participantes mais jovens nestas manifestações não está directamente incluída no nosso material de pesquisa. No entanto, a leitura dos materiais dos media e as entrevistas com participantes da pesquisa relativamente bem posicionados permitiram que se compreendesse as vozes silenciosas e invisíveis por detrás da linha de exclusão social abissal. Neste sentido, mesmo as pessoas que se encontram numa posição relativamente estável, incluindo funcionários do governo distrital e mesmo os próprios funcionários da SASOL, foram quase unânimes na sua insatisfação com a fraca contribuição da SASOL para o desenvolvimento do distrito.

No caso da extracção de areias pesadas em Jangamo, um projecto que se encontra ainda na sua fase preparatória, os conflitos ainda não eram tão visíveis, mas isto pode dever-se, em parte, às limitações do material de pesquisa produzido fora do distrito pelas razões acima explicadas. Contudo, é óbvio que algumas pessoas serão reassentadas e algumas estradas serão encerradas, o que terá um grande impacto nas comunidades. Nem o governo distrital nem as organizações da sociedade civil têm informações detalhadas sobre os planos da Rio Tinto em Jangamo nem dos seus possíveis impactos positivos e negativos. De um modo geral,

os projectos de mineração industrial criam mais emprego no início do projecto, mas há muito menos postos de trabalho quando a actividade está em pleno funcionamento. Uma vez que os impactos negativos na área de concessão e na população reassentada são permanentes, é extremamente importante monitorar o actual desenvolvimento do projecto, porque ainda é possível evitar desastres, insatisfação geral e processos judiciais intermináveis semelhantes aos que as empresas de mineração Jindal, Vale e Rio Tinto (agora International Coal Ventures Limited, ICVL) causaram na província de Tete.

Embora a transferência de 2,75%²² das receitas do gás natural seja sentida por alguns indivíduos e comunidades, os principais resultados conseguidos na província foram que a extracção do gás e os planos de extracção do petróleo ainda produzem menos benefícios e mais riscos para as comunidades pesqueiras e têm mais impactos negativos do que outras actividades. Por outro lado, a comunidade pesqueira local, o turismo e a conservação ambiental ligados ao ecoturismo em Inhambane e Vilankulo parecem criar mais bem-estar local do que a exploração mineira. Neste momento, e ao contrário da tensão que se verifica entre o Parque Nacional da Gorongosa e as comunidades de Sofala, parece que estes três interesses económicos podem resolver melhor os seus conflitos do que as comunidades e as empresas de mineração, o que talvez se deva à enorme assimetria de poder entre as comunidades e as empresas de mineração, aspecto que nunca foi tomado em consideração. De acordo com algumas ONG locais, graças a acções de formação, conseguiram equipar os pescadores com práticas amigas da natureza, incluindo a formação para se tornarem mergulhadores profissionais e guias turísticos. No entanto, embora possam ser cépticos quanto à lógica técnico-científica por detrás das áreas de conservação, os pescadores não são necessariamente inimigos da natureza. A título de exemplo, no seu conjunto são contra a prospecção e extracção de petróleo bruto no nordeste da província, não necessariamente pelas mesmas razões que alguns ambientalistas urbanos, mas porque acreditam que perturbar o mar, a destruição de algas e vegetação no fundo

²² A Lei de Minas (20/2014) e a Lei do Petróleo (21/2014) estipulam que uma percentagem das receitas do Estado deve ser canalizada para o desenvolvimento das comunidades onde as actividades mineiras são desenvolvidas. Este valor está actualmente fixado em 2,75% das receitas em benefício da comunidade.

do mar e o risco de poluição e acidentes prejudicam a pesca. Claramente, o timing do trabalho de campo coincidiu com a pandemia da Covid-19, que obviamente teve um impacto catastrófico no sector do turismo e, conseqüentemente, na procura de peixe, embora a opinião geral fosse de que a crise do turismo era temporária. Dada a redução das fontes de rendimento do turismo, é possível que práticas prejudiciais e ilegais possam atrair mais pessoas. Para além disso, alguns habitantes locais que não são pescadores ficaram satisfeitos com a descida dos preços, embora a oferta também tenha diminuído, especialmente na praia do Tofo, no distrito de Inhambane, que em condições normais, é simultaneamente um destino turístico de massas e uma importante fonte de peixe e marisco.

Todavia, mesmo a pesca não era uma utilização de recursos isenta de problemas. Particularmente no nordeste da província, houve problemas de sobrepesca devido ao número cada vez maior de embarcações, restrições à pesca por razões ambientais e a falta de congeladores colectivos para melhorar a conservação do pescado. Os Conselhos Comunitários de Pesca tentaram resolver estes problemas, nomeadamente através da introdução de períodos de defeso que dão tempo para o crescimento dos recursos pesqueiros. Os pescadores e vendedores de peixe (predominantemente mulheres) e a maioria das pessoas da comunidade estavam preocupados com o impacto da exploração de gás nas actividades de pesca porque a SASOL exige que a pesca seja proibida em vastas áreas. De acordo com os pescadores, membros da comunidade e líderes locais, as pesquisas sobre os fundos marinhos efectuadas pela SASOL e o ruído produzido pelas actividades da empresa já tiveram um grande impacto negativo na pesca e resultaram no desaparecimento de algumas espécies locais. As comunidades estavam também muito cientes do risco de poluição resultante da produção de petróleo. Funcionários do governo e representantes da SASOL normalmente negam a existência de impacto negativo, como é o caso dos consultores ambientais. As autoridades apontam o ciclone Idai em 2019 e as mudanças climáticas como os factores mais prováveis para estes danos. Porém, na verdade, a consultoria ambiental foi paga pela empresa e, de um modo geral, as comunidades pesqueiras não confiaram na sua imparcialidade e exigiram outra consultoria independente.

Apesar dos desafios, a opinião quase unânime era de que a pesca era a actividade mais importante para o desenvolvimento local. Para além do impacto na pesca, os mega-investimentos criam outro tipo de insatisfação na província, resultando em manifestações populares. Durante esta pesquisa, registaram-se pelo menos quatro manifestações contra as políticas da SASOL no distrito de Inhassoro, apesar das tentativas sérias de impedir e reprimir estes protestos (Evidence, 2021). Em Inhassoro em particular, mas também em Vilankulo e Govuro, os benefícios da produção de petróleo e gás para as comunidades da área onde ocorrem foram considerados como variando de insuficientes a inexistentes, em comparação com os alegados ganhos elevados para a empresa e os riscos para a população local e para o ambiente local. Com um nível de escolaridade limitado, a população local quase nunca encontra emprego na SASOL e nas outras empresas a ela ligadas, as quais procuram mão-de-obra já qualificada. Foi sugerido que a SASOL deveria ajudar a formar os jovens locais, e este aspecto até chegou a constar do Plano de Desenvolvimento, mas poucas mudanças foram registadas até à data.

Comparativamente à exploração mineira, os participantes na pesquisa reconheceram os benefícios da produção florestal com maior frequência, especialmente a exploração florestal e a queima de carvão vegetal nos distritos de Vilankulo e Massinga. Para além dos problemas e falhas na transferência dos 20%, incluindo as pequenas quantidades em comparação com a área de floresta explorada, parece ter havido poucos progressos no controlo das autoridades locais e da comunidade sobre a exploração de madeira e a produção de carvão.²³ Contudo, há alguns anos, o governo começou a ser mais rigoroso e passou a exigir Bilhetes de Identidade, Contas Bancárias e Números de Identificação Tributária dos comités para poderem receber os fundos, de tal forma que muitos comités não recebem há anos, uma situação que poderá incentivar a corrupção e o abate ilegal. Outros motivos que explicam a não realização de transferências são a corrupção dos fiscais do governo e dos chefes ou comités das comunidades, bem como a falta de informação sobre a

²³ Futuramente, seria útil averiguar o nível de exploração ilegal de madeira, bem como a apropriação indevida de fundos públicos, numa combinação de trabalho de campo participativo com os comités de gestão dos recursos naturais, estudando documentos do governo sobre a tributação das empresas madeireiras e métodos modernos de teledeteção.

utilização dos fundos. Além disso, o nível de organização dos CGRN locais era surpreendentemente baixo: muitas vezes, mesmo os membros do comité não sabiam qual era o total dos fundos existentes, nem como eram aplicados, afirmando que apenas o chefe estava na posse desta informação. Esta organização deficiente sustenta as alegações de pessoas fora das comunidades, incluindo autoridades provinciais e distritais, de que não é raro os líderes dos comités utilizarem os fundos sem qualquer tipo de prestação de contas aos comités, muito menos às comunidades que representam. Além disso, segundo o governo provincial, neste momento, apenas um comité de Pambara preenche todos os requisitos legais exigidos para receber fundos na sua conta, mas outros comités também recebem os seus 20% através dessa mesma conta, o que obviamente não é o ideal. Por outro lado, a natureza político-partidária dos comités imposta pelo partido no poder põe em risco a representatividade da comunidade. Embora esta situação não tenha sido explicitamente observada na província, é muito provável que o partido no poder esteja mais representado na composição dos CGRN também em Inhambane.

[CABO DELGADO] Em Cabo Delgado, o foco da pesquisa incidiu em cinco distritos – Balama, Chiúre, Namuno e os municípios de Montepuez e Pemba – onde foram realizadas 41 entrevistas, predominantemente não gravadas, com trabalhadores e empresários da mineração de ouro, rubi e grafite (especialmente em minas de ouro artesanais), autoridades públicas, funcionários de ONG, membros de associações rurais, líderes comunitários e religiosos e membros das comunidades afectadas. Os principais recursos e tipos de produção que figuram no material são o gás e o petróleo, os rubis e o ouro, a madeira e a pesca. Com base nestas conversas e entrevistas, a equipa aprendeu muitas coisas sobre a gestão dos recursos naturais na província, não só nos distritos focais, mas também noutros, incluindo os afectados pela insurreição e pela operação militar contra os insurgentes. Na altura da realização dos trabalhos de campo, o acesso à maior parte da província era restrito, tanto aos próprios habitantes como à equipa de pesquisa, principalmente devido às áreas restritas reservadas à mineração do gás natural, grafite, rubis e ouro, e também devido à guerra que começou com a insurreição jihadista em

2017. Os distritos do Ibo, Macomia, Mecúfi, Meluco, Mocímbo da Praia, Mueda, Muidumbe, Nangade, Quissanga e Palma estavam total ou parcialmente inacessíveis.

A conservação ambiental no Parque Nacional das Quirimbas situava-se numa área que se sobrepunha à área ocupada pelos insurgentes. No entanto, tal como demonstrado acima em Sofala, mesmo em condições normais e embora as áreas de conservação tenham objectivos diferentes dos ocupados para fins de investigação geológica e exploração mineira, ambas pertencem à classe das áreas vedadas e restritas com características de um “Estado dentro do Estado”. Trata-se de áreas onde tende a existir muita violência estrutural e física que permanece relativamente invisível aos olhos do público. Para além destes impactos negativos da conservação no Parque Nacional das Quirimbas (PNQ), este possui uma grande pegada positiva na zona em redor da própria região de conservação, manifestada na formação e sensibilização da população sobre os métodos de produção recomendados ambientalmente, vigilância comunitária das actividades económicas, caça furtiva, etc. Muitos comités da província afirmaram ter beneficiado da acção de formação promovida conjuntamente pelo PNQ e pelo Fundo Mundial para a Fauna Bravia (World Wildlife Fund - WWF).

A província de Cabo Delgado é extremamente importante para a pesquisa e para todo o projecto por várias razões. Muitos problemas de gestão de recursos naturais que também existem noutras províncias, tais como conflitos violentos, detenções em massa e exclusão social, sobretudo de jovens, são particularmente notórios em Cabo Delgado. A província possui abundantes recursos naturais, incluindo gás natural, rubis, ouro, grafite, pesca e floresta natural, mas esta abundância é acompanhada por um elevado grau de pobreza e exclusão socioeconómica das massas.

A província conta com vários tipos de áreas restritas com vários tipos de gestão, caracterizadas por impostos significativamente mais baixos ou inexistentes e forças de segurança privadas, muitas vezes misturadas com as forças policiais do Estado, mas que não fazem parte dos postos policiais locais e não têm de prestar contas aos mesmos. Nestas áreas frequentemente muito extensas, cobrindo milhares de quilómetros quadrados, a utilização de outros tipos de recursos pelos habitantes locais é proibida ou

Mapa 4: Distritos focais de Cabo Delgado

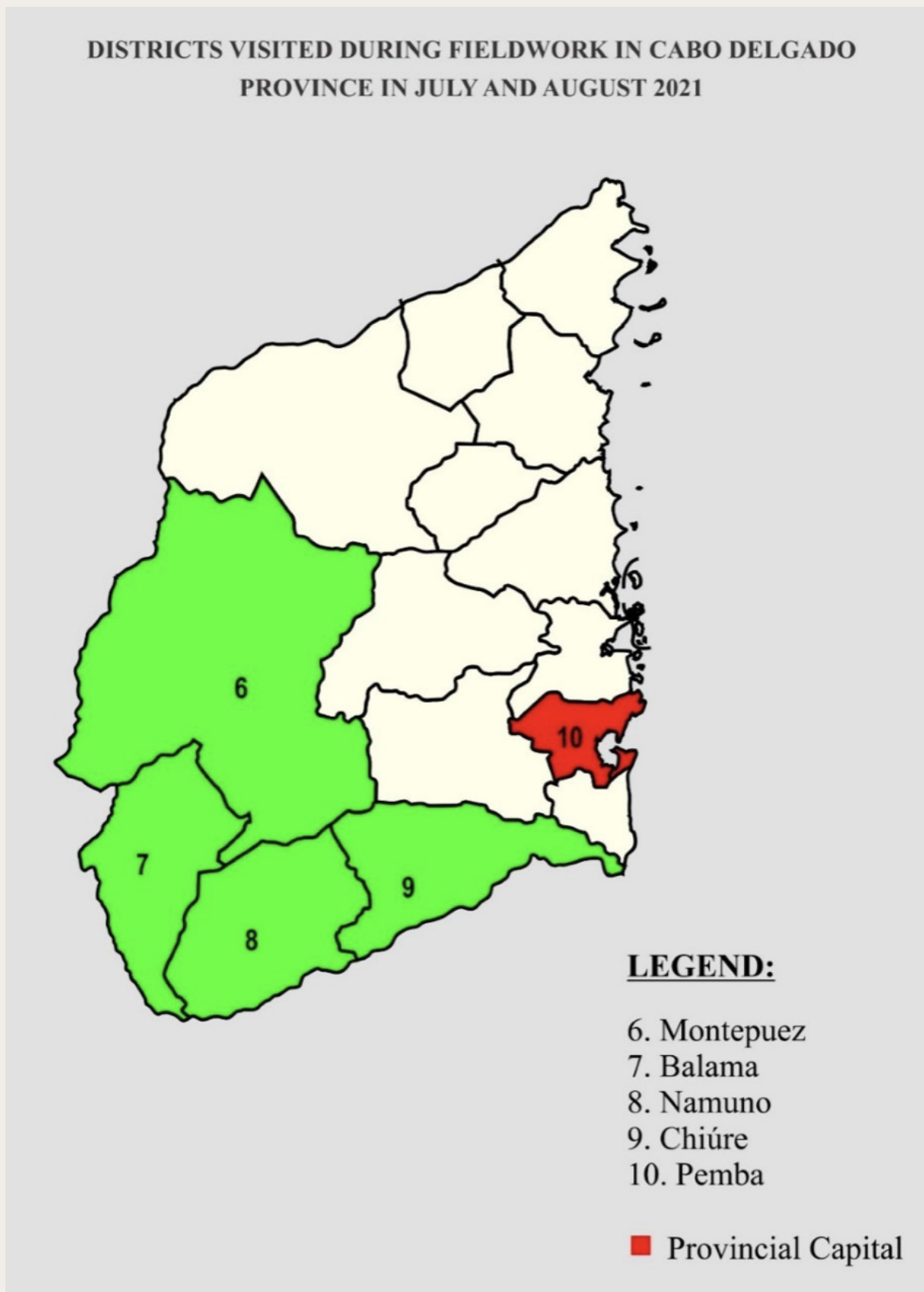


Tabela 6: Cabo Delgado. Propostas identificadas sobre a melhoria da gestão dos recursos naturais/sucessos e organizações e actores da sociedade civil (OSC) visitados e indicados.

Província	Propostas sobre a melhoria da gestão/sucessos	Organizações da sociedade civil e comunitárias
Cabo Delgado	<ul style="list-style-type: none"> - Comitês de Gestão dos Recursos Naturais criados no posto administrativo de Nairoto, Montepuez - Sugestões do governo do distrito de Montepuez sobre um encontro entre a empresa madeireira e a empresa mineira em conflito - Esforços dos governos locais, mineiros locais e ONG no sentido de criar associações de mineração artesanal legal (Chiúre, Namuno) - Introdução pela Medicus Mundi do bórax (em vez do mercúrio) nas associações de mineração. com vista a minimizar o impacto ambiental (Namuno) - Responsabilidade social praticada pelas associações de mineração artesanal (Ver: Tabela 2) - Reconciliação das práticas agrícolas e interesses minerais (Chiúre) - Os governos locais propõem a descentralização na atribuição de licenças de extracção de recursos naturais e para a compra de ouro, que os prospectores podem vender localmente a um preço de tabela 	<ul style="list-style-type: none"> - Medicus Mundi - Centro Terra Viva - Médicos Sem Fronteiras - Associação do Meio Ambiente (AMA) - Helvetas - União Provincial dos Camponeses (FUNAC) - CGRN em Nairoto e Nanhupo (Montepuez) e Kwekwe (Balama) - 4 líderes comunitários da aldeia de Nairoto - Régulo e Rainha de Nacolo (Montepuez) - Régulo Megama (Chiúre) - 5 associações de mineração artesanal de pedras preciosas em Namuno, 2 das quais estão legalizadas - 4 associações de mineração artesanal em Chiúre - Associação de Mineração Artesanal na comunidade de Ntola ainda não legalizada (Montepuez) - Conselho Comunitário de Pesca (CCP) de Pemba - Rádio Sem Fronteiras

seriamente limitada. Além disso, no caso das zonas mineiras, para além da violência camuflada, há relatos de evasão fiscal e de destruição do ambiente que são igualmente difíceis ou impossíveis de ver e controlar. As áreas vedadas pertencem geralmente a empresas de mineração multinacionais em parceria com elites nacionais, mas existem também áreas de mineração artesanal (ilegal) onde o acesso de pessoas de fora, incluindo as autoridades estatais, ou é inexistente ou muito difícil. Nos distritos focais, uma das áreas com estas características é a comunidade de Ntola, no posto administrativo de Nairoto, distrito de Montepuez, que segundo as autoridades locais, é habitada principalmente por garimpeiros estrangeiros.

Um exemplo de áreas restritas é a ocupada pela empresa de mineração de pedras preciosas coloridas, em especial rubis, Montepuez Ruby Mining Limited (MRM), que cobre uma área de 360 quilómetros quadrados no posto de Namanhumbir, distrito de Montepuez (Gemfields, 2021a). A empresa é constituída pela multinacional na área de mineração Gemfields (75%) e pela empresa moçambicana Mwiriti Limitada (25%), propriedade do conhecido veterano da luta

de libertação, General Raimundo Pachinuapa (60%) e Asghar Fakhr Ali (40%), um homem de negócios iraniano.²⁴ As zonas mineiras como as da MRM raramente são fiscalizadas por agentes do governo local, governos distritais, ou deputados das assembleias provinciais. O acesso à MRM é também restrito e complicado para as organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa. No entanto, os deputados da Assembleia da República (AR) enfrentam menos dificuldades em visitar tais zonas. Não obstante, a autorização para determinadas visitas à MRM, tais como as dos deputados da AR, é dada em Londres pela empresa-mãe, Gemfields. O acesso restrito enfraquece claramente a fiscalização e transfere muito poder para empresas que, na prática, podem decidir quanto dos seus lucros querem revelar e quanto pagar em impostos. Um exemplo de evasão fiscal é o da Nairoto Resources Limited (NR), que não paga impostos porque declara que ainda se encontra na fase de prospecção e pesquisa, apesar de possui uma licença de exploração desde 2017. No entanto, poucos habitantes locais acreditam que

²⁴ Contudo, segundo Rui Mate (2021), os maiores beneficiários efectivos desta exploração mineira não podem ser identificados porque 75% das acções pertencem a uma empresa (Nairoto Resources Holding), que está registada nas Maurícias.

ainda não tenha descoberto ouro.

A MRM tem os mesmos sócios, fundadores e únicos accionistas conhecidos que a NR, que pretende extrair ouro, rubis e outros minerais e ocupou uma área de 1.960 quilómetros quadrados, também no distrito de Montepuez (Gemfields, 2021b). Através destas e outras empresas, o General Pachinuapa está também envolvido na ocupação de vastas áreas nos distritos de Chiúre e Namuno, que ainda não estão em fase de produção, mas impedem a realização da maioria das outras actividades económicas na área da concessão. É também proprietário de grandes concessões mineiras na província de Tete. Apesar da extensa ocupação de terras analisada nesta pesquisa, alguns activistas, ONG e funcionários públicos inquiridos estimam que o maior proprietário de terras e recursos naturais é outro veterano da luta de libertação, o General Alberto Chipande, que está envolvido na exploração mineira, construção, bens imobiliários e muitas outras actividades ligadas aos recursos naturais. Um funcionário de um dos governos distritais de Cabo Delgado afirmou que quase todas as terras são ocupadas por elites nacionais que vivem em Maputo, sejam ou não originárias da província, em parceria com empresas estrangeiras. Para além de Chipande e Pachinuapa, outras figuras históricas, especialmente as associadas à memória pública da luta anti-colonial, como as famílias Chissano e Machel, entre outras, estão actualmente envolvidas na acumulação de lucros provenientes da extracção de recursos naturais (Mate, 2021: 5). Alguns comentadores públicos e locais consideram que é mais fácil culpar os estrangeiros e não estes “homens nascidos na província”, ou no país, pelo empobrecimento da população, porque apesar de serem parceiros destas multinacionais, ainda gozam de uma certa aura de heroísmo.

Embora muito menos imponentes e mais fragmentadas em termos de área e de menor soberania nos poderes concedidos, estas áreas encerradas e autónomas, com pouco controlo por parte do Estado, particularmente o Estado de direito, enquadram-se no mesmo tipo de lógica que as empresas constituídas na era colonial, como por exemplo o Parque Nacional da Gorongosa, analisado no capítulo anterior. Evidentemente, a Companhia do Niassa, que controlava as actuais províncias de Cabo Delgado e Niassa, era mais imponente em termos de área e autoridade concedida, mas

um breve olhar sobre o Registo de Mineração (MIREME, 2021) confirma que já não existe muita área desocupada nestas províncias, enquanto que a Lei de Terras defende e garante o acesso e o uso da terra e dos seus vários recursos a todos os moçambicanos. Vários residentes locais e autoridades públicas reconheceram os benefícios destas actividades mineiras multinacionais para as comunidades locais em termos de responsabilidade social, criação de emprego e no caso da MRM, receitas significativas para o Estado. No entanto, também notaram o impacto negativo na sobrevivência dos habitantes causado pela restrição do acesso a extensas áreas. Mesmo nos casos em que os benefícios sociais e a geração de postos de trabalho relativamente bem remunerados são reconhecidos pelos líderes locais, como no caso da Nairoto Resources, é óbvio que nem todos aqueles que estão de facto excluídos e proibidos de utilizar os recursos devido a esta ocupação terão acesso ao emprego. Outros, especialmente homens jovens, podem sentir-se compelidos a enfrentar os riscos da mineração artesanal à noite ou em locais remotos, tornando-se alvo de violência policial. No caso particular da Nairoto Resources, por exemplo, esta empresa mineira não emprega mulheres para quaisquer tarefas por razões de segurança, e a fim de prevenir a violência contra elas. No entanto, esta situação aumenta a sua marginalização e a desigualdade de género, uma vez que já não têm acesso a áreas significativas para desenvolverem as suas actividades económicas anteriores e para o seu potencial futuro.

Uma indicação do nível de desespero e falta de perspectivas para o futuro que reina no seio dos jovens do sexo masculino pode ser o facto de que em 2021 se verificou que embora a insurreição em Cabo Delgado esteja a desenrolar-se há quatro anos, as universidades da província registaram uma redução significativa das inscrições masculinas, que foram ultrapassadas por jovens do sexo feminino pela primeira vez.²⁵ O material de investigação não explica as razões desta mudança, mas reconhecemos a importância do problema em termos de investigação da relação entre a exclusão social e a instabilidade militar em Cabo Delgado.

Um modelo alternativo de desenvolvimento local que já foi experimentado com sucesso em alguns locais é a melhor

²⁵ Informação oral prestada por um professor universitário local, Julho de 2021. Quando interrogado, confirmou que esta era a situação geral nas universidades de Cabo Delgado, não apenas na sua universidade.

organização da mineração artesanal em associações, em especial para o ouro, mas também para os rubis, e tentativas de legalizar estas actividades. Este modelo foi adoptado, em certa medida e com certas restrições externas, nos distritos de Namuno e Chiúre, e apesar dos grandes desafios à sua implementação, já produziu impactos impressionantes. Os lucros da mineração artesanal resultaram na construção de bens comuns, tais como escolas, mesquitas e igrejas pelas associações e melhoraram a vida das famílias do grande grupo de participantes, nomeadamente agricultores/camponeses, mineiros, escavadores, compradores, proprietários e utilizadores de moinhos e máquinas, bem como de pessoas relativamente bem instruídas que ocupam cargos como tesoureiros e trabalhos administrativos. Um dos maiores desafios é o atraso ou a relutância do governo central em apoiar a legalização das actividades, o que deixa os mineiros artesanais (garimpeiros) e os seus compradores numa situação de insegurança permanente e sujeitos a chantagem arbitrária, violência e subornos por parte de elementos oportunistas da polícia e do governo distrital e provincial. Contudo, o governo distrital como um todo, sobretudo em Chiúre e Namuno, apoia e incentiva os mineiros locais a formar associações e critica a falta de poder dos governos distritais para legalizar estas actividades, assim como a pressão política das empresas de mineração multinacionais, dos seus accionistas de elite e do governo central para expulsar e punir a “mineração artesanal (garimpo) ilegal”, como esta actividade é vulgarmente denominada. Em Montepuez, com a concentração de concessões para empresas de mineração limitada às multinacionais e atribuídas a nível central, ao contrário de Chiúre e Namuno, a mineração artesanal não é tolerada e é severamente atacada. Neste distrito, a única forma de praticar a mineração artesanal é extrair à noite ou em locais que o governo e as multinacionais não conseguem controlar eficazmente, por exemplo, a localidade de Ntola, acima mencionada. À semelhança de ocupações existentes ou novas noutros distritos, tais como Chiúre e Namuno, corre-se um grande risco de escalada e gravidade dos conflitos entre as multinacionais mineiras e as comunidades mineiras locais. Por conseguinte, e como forma de promover a paz e a coesão social e evitar mais conflitos violentos, é extremamente importante que os benefícios dos recursos naturais sejam distribuídos da forma mais inclusiva e equitativa possível nesta província de jovens.

[TETE] Em Tete, a pesquisa centrou-se em cinco distritos – Mágoè, Changara, Moatize, Marara e a capital provincial Tete – resultando em 22 entrevistas a 30 inquiridos, incluindo trabalhadores e empresários na mineração do carvão, pescadores, fiscais, oleiros, criadores de gado (bovino, caprino e ovino de várias espécies), autoridades públicas, funcionários de ONG e membros de associações e comités rurais, líderes comunitários e religiosos e membros das comunidades afectadas pela exploração. Os principais recursos e tipos de produção visados foram a extracção de carvão, a pesca, a agricultura, florestas e a extracção de madeira (legal e ilegal), a olaria, a flora e a fauna (conservação). Os principais conflitos identificados foram as tensões entre as comunidades pesqueiras e o Parque Nacional de Mágoè, os conflitos entre comunidades e empresas mineiras de carvão em Marara e Moatize e os problemas de transferência para as comunidades dos benefícios dos “20%” e “2,75%” das receitas do Estado: especialmente os 20% (para uso florestal) em Changara e Mágoè e 2,75% (para extracção de minerais) em Moatize e Marara. Em Moatize e Marara, foi produzido muito material de pesquisa sobre conflitos de reassentamento por multinacionais mineiras e queixas sobre a poluição da água e poeiras, sobre as casas de má qualidade construídas para os reassentados e relacionadas com promessas que, de um modo geral, não são cumpridas pela empresa mineira brasileira Vale e pelas empresas mineiras indianas Jindal e ICVL, esta última proprietária de minas anteriormente pertencentes a uma empresa mineira multinacional, a Rio Tinto.

No sudoeste da província, próximo da fronteira do Zimbabwe, existia um grande projecto comunitário para o uso sustentável do ambiente, flora e fauna chamado Tchuma Tchato (A Nossa Riqueza), que a comunidade pesqueira próxima do rio recorda com alguma nostalgia. A decisão do governo em 2013 de criar o Parque Nacional de Mágoè (PNM), de 3.745 quilómetros quadrados numa parte significativa da área, transformou drasticamente a gestão da conservação baseada na comunidade para uma gestão do topo para a base, e o objectivo de passar da conservação para uso colectivo e sustentável dos recursos naturais para uma conservação total que prioriza e exige a ausência de seres humanos locais. Isto cria naturalmente conflitos relacionados com o reassentamento, com as restrições à pesca e com as taxas de

Tabela 7: Tete. Propostas identificadas sobre a melhoria da gestão/sucessos dos recursos naturais e organizações e actores da sociedade civil (OSC) visitados e indicados.

Província	Propostas concretas para melhorar a gestão/sucessos	Sociedade civil e organizações comunitárias
Tete	<ul style="list-style-type: none"> - Propostas com vista a agilizar a transferência dos 20% - A população retirada do Parque Nacional de Mágoè necessita de um local onde haja escola e hospitais e um espaço para desenvolver a pesca - As comunidades afectadas exigem o reassentamento antes do início da produção - Os comités de gestão dos recursos minerais estão bem capacitados e cientes da legislação e dos seus direitos - As comunidades dão prioridade à elaboração de cartas sobre as suas reivindicações - Manifestações mais pacíficas e criativas: redução da vandalização de bens e da violência policial - O papel das mulheres nos comités de recursos minerais aumentou - Surgimento de uma nova solidariedade no seio das comunidades afectadas pela exploração mineira 	<ul style="list-style-type: none"> - Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades - AAAJC) - Justiça Ambiental – JA, Mulheres Paralegais, Sequelecane, Liga dos Direitos Humanos, SIPE, CUUCA - Comissão dos Afectados pela Vale (Bairro de Bagamoyo, Moatize) - Comité do Bairro 25 de Setembro dos Reassentados de Chipanga (Moatize) - Associação das Comunidades Afectadas pela Exploração Mineira em Moatize - Oleiros reassentados pela Vale - Comissão de Reassentamento de Cassoca - Marara - Comité de Reassentamento de Cassoca (“Grupo 12”) - Vários Conselhos Comunitários de Pesca (CCP) em Mágoè e Cahora Bassa (ex. Calonda) - Conselho Cristão de Moçambique - CGRN em Daque (Mágoè), Bairro 25 de Setembro, Mualadzi (Moatize), Chipembere, Cassoca (Changara), Aceagrários - Rádio Comunitária de Mágoè

entrada que os guardas do parque cobram arbitrariamente às populações locais. Tal como se verificava no caso do Parque Nacional da Gorongosa, o surgimento da área total de conservação em locais habitados agravou o conflito homem-animal à volta e dentro da área protegida. No caso do PNM, são os elefantes em particular que destroem os campos agrícolas. O processo de reassentamento é controverso em Mágoè, com os pescadores preocupados com a possibilidade de serem reassentados em zonas onde a pesca não é sustentável. Entretanto, o Parque Nacional de Mágoè e a comunidade local chegaram a um acordo sobre o reassentamento numa zona com melhores condições. No entanto, não está claro quem será responsável pelos custos de reassentamento para indemnizar a comunidade pelas suas perdas. Da mesma forma, não está claro quando e onde terá lugar o reassentamento acordado.

A reinstalação também cria conflitos em áreas de mineração onde ao abrigo da Lei de Minas, as empresas mineiras são responsáveis por indemnizar as perdas e construir casas para as pessoas reassentadas, enquanto que no caso da conservação, a responsabilidade é do governo. Neste

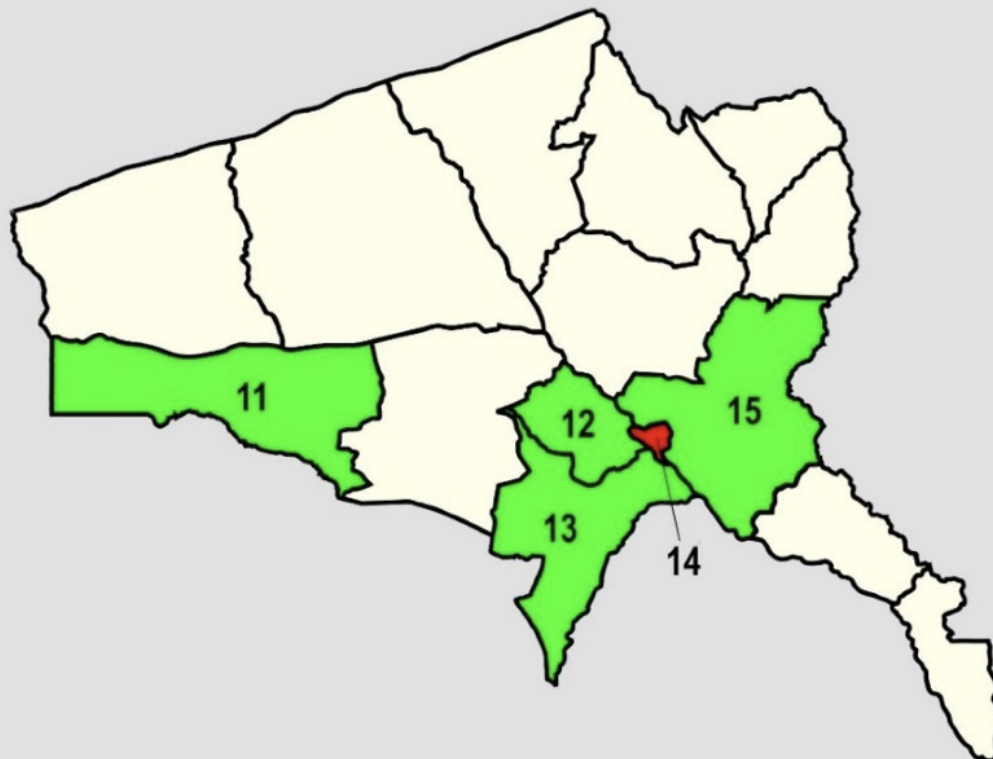
momento, a província conta com duas áreas principais de mineração de carvão nos dois lados do rio Zambeze:

1. Na área que anteriormente pertencia à comunidade de Cassoca, no distrito de Marara, ocupada pela empresa mineira indiana Jindal.
2. Nos arredores de Moatize, com as minas das empresas multinacionais Vale (vendidas à Jindal em Dezembro de 2021) e International Coal Ventures Limited (ICVL).

O conflito entre a empresa mineira Vale e as comunidades de Moatize tem suscitado muita atenção pública em Moçambique e em todo o mundo desde 2012, altura em que os residentes reassentados em Cateme protestaram contra casas mal construídas e rachadas, terras inadequadas para a agricultura, longas distâncias para os mercados da aldeia e da cidade e um autêntico ambiente de repressão perante qualquer protesto (Justiça Ambiental, 2012). Alguns dos problemas da população reassentada no bairro Chipanga em Cateme foram resolvidos, especialmente o estado das casas, mas as actividades da Vale continuam a gerar conflitos

Mapa 5: Distritos focais de Tete

**DISTRICTS VISITED DURING FIELDWORK IN TETE
PROVINCE IN JUNE AND AUGUST 2021**



LEGEND:

- 11. Mágue
- 12. Marara
- 13. Changara
- 14. Tete
- 15. Moatize

■ Provincial Capital

noutras comunidades. Por exemplo, os habitantes do chamado reassentamento urbano no bairro 25 de Setembro em Chipanga, que eram predominantemente agricultores, protestam contra o reassentamento sem consulta prévia da comunidade e o pagamento de indemnizações insuficientes e injustas, casas mal construídas, pequenos quintais numa área imprópria para a prática da actividade agrícola, águas poluídas e poeira produzida pelas actividades da Vale, o que altera a qualidade da farinha produzida. Uma das manifestações de protesto neste bairro, a que os habitantes chamam “greves”, foi provocada pelo facto de não ter sido dada resposta a uma carta enviada pelo Comité do Bairro de Chipanga a 25 de Setembro sobre a questão das casas mal construídas. A carta foi encontrada em 2019 no “arquivo morto” do governo do distrito. Não tinha sido enviada ao governo provincial, tal como tinha sido prometido. À semelhança de muitas outras comunidades afectadas pela exploração mineira em grande escala, os residentes dizem que o governo distrital não os defende e chegam mesmo a afirmar que a Vale é o governo de Moatize. A opinião generalizada entre os activistas de Moatize depois de a Vale ter anunciado a venda das suas minas e do seu sistema logístico, o corredor de Nacala, à Jindal em Dezembro de 2021, é de que “é bom que se vá embora, mas que primeiro deve pagar pelos seus danos.”

A empresa mineira indiana ICVL, que também opera em Moatize, possui uma reputação ainda pior do que a da Vale entre as comunidades afectadas. Famílias reassentadas de Capanga para o remoto bairro de Mualadzi entre 2010 e 2014, na sua maioria na altura da Rio Tinto, ainda enfrentam dificuldades em satisfazer as suas necessidades básicas, tais como transportes públicos, uma estrada adequada e um sistema de abastecimento de água funcional; tudo isto foi prometido pela empresa mineira e pelo governo antes do reassentamento. As ONG visitadas na província produziram documentos que descrevem uma realidade que não deixa dúvidas sobre a veracidade destas reclamações por parte das comunidades (Lillywhite et. al, 2015; Ordem dos Advogados de Moçambique, 2016).

Tendo em conta os desafios da coexistência registados entre a Vale e a ICVL e as comunidades de Moatize, é difícil acreditar que a situação com a empresa mineira Jindal, no distrito de Marara, seja ainda pior. Existem vários problemas

entre a Jindal e a população das comunidades de Cassoca e Nhansanga. As populações foram reassentadas em Nhamatua, em casas de construção precária, com infiltração de água e poluição. A comunidade de agricultores de Nhansanga queixa-se de água contaminada pelo carvão que invade os campos ao longo das margens do rio Nhansanga e que desagua directamente no rio Zambeze. As comunidades locais, activistas e ONG salientam que a Jindal evita o máximo possível o diálogo directo com a população e as organizações da sociedade civil e quer negociar tudo directamente com o governo central. A Jindal recebeu recentemente comités de reassentados e afectados e prometeu resolver os problemas, mas os representantes dos comités queixam-se de não o terem feito. Suspeita-se que tenham fortes apoiantes entre a elite política porque, ao contrário da Vale ou da Rio Tinto que gastaram muito dinheiro em casos que perderam nos tribunais em benefício das comunidades afectadas, a Jindal tende a ganhar casos mesmo nos tribunais. Em Dezembro de 2021, a Vale vendeu as suas minas dos corredores de Moatize e Nacala à empresa Jindal. É extremamente importante observar o impacto deste negócio nas promessas já feitas pela Vale e no diálogo entre as comunidades e a empresa que se desenvolveram consideravelmente desde o início da exploração mineira, ainda que os problemas persistam.

Um tópico importante que também surgiu no material de Tete está relacionado com os 20% e 2,75% que devem ser transferidos para as comunidades como consequência da produção florestal e da actividade mineira, respectivamente. Para além de Mágoè, onde a transformação de Tchuma Tchato num parque nacional terminou o fluxo dos 20% para os comités, o tema surgiu com mais veemência nos distritos de Changara (20%) e Marara e Moatize (2,75%). No caso dos 2,75% da extracção mineral, estas receitas são transferidas do orçamento do Estado para serem geridas pelos governos distritais, que em conjunto com as comunidades, identificam acções ou infra-estruturas que contribuem para o desenvolvimento social local. Na prática, os distritos de mineração do carvão, nomeadamente Moatize e Marara, são apenas dois exemplos dos muitos distritos em Moçambique nos quais, devido à falta de transparência, é difícil saber se os investimentos públicos em infra-estruturas foram financiados pelos 2,75% das receitas pagas pelas empresas (Jindal e Vale)

ou se fizeram parte do orçamento normal do Estado. Poder-se-ia também perguntar se estes montantes deveriam ser utilizados para financiar a manutenção ou a construção de infra-estruturas essenciais – tais como a reparação de sistemas de abastecimento de água ou a construção de estradas – que foram prometidos às comunidades em consultas públicas antes do reassentamento.

O distrito de Changara dispõe de vários comités de gestão de recursos florestais registados e reconhecidos pelo governo, que já receberam os 20% das receitas pagas pelas empresas madeireiras. Apesar do estatuto legalmente reconhecido dos Comitês de Gestão de Recursos Naturais, e da transferência de fundos pelo governo através destes comités, há várias razões que levaram alguns comités a utilizá-los para fins que não têm impacto relevante nas comunidades. Os comités tendem a justificar estas falhas argumentando que não compreendem a legislação sobre a aplicação de fundos, enquanto que as autoridades apontam para a ganância dos líderes comunitários. A título de exemplo, vários comités em Changara aplicaram os 20% de forma totalmente ineficaz, tendo concedido empréstimos aos membros da comunidade para desenvolverem os seus negócios, que deveriam restituir com uma percentagem de juros. No entanto, a maioria dos beneficiários do empréstimo não conseguiu honrar os seus compromissos. Um aspecto positivo foi que esta prática foi mais tarde abandonada e os comités de Changara demonstraram que estavam conscientes do erro cometido.

O principal objectivo das entrevistas nas capitais provinciais no decurso desta pesquisa foi o de entender os conflitos existentes noutros distritos da província. No entanto, e à semelhança de Sofala, um tema importante a ser tratado para futuras pesquisas em Tete – ligado à gestão pacífica e inclusiva dos recursos naturais – são os conflitos de terra na capital provincial. Um exemplo disso é o conflito de terras entre civis e militares no bairro de Chingodzi, na periferia da cidade de Tete, que se tornou muito violento em Agosto de 2021, quando os militares ameaçaram jornalistas e começaram a disparar para dispersar as pessoas que ali se tinham juntado. As populações agricultoras protestavam contra a ocupação das suas terras por militares (Deutsche Welle, 2021b).

No Niassa foram enfrentados grandes e dispendiosos desafios nos preparativos da viagem da equipa, especialmente

as viagens ao distrito de Nipepe e ao remoto posto administrativo de Cóbue, no distrito do Lago. Por exemplo, os assistentes locais levaram quatro dias a chegar a Cóbue, porque o seu autocarro avariou. Outro desafio foi o atraso no processamento do material de pesquisa, o que teve como resultado que o material de pesquisa do Niassa não tivesse sido analisado de forma tão rigorosa como o de outras províncias.

[NIASSA] No Niassa, o foco da pesquisa centrou-se em cinco distritos – Sanga, Lago, Nipepe, Mavago e município de Lichinga – tendo gravado cerca de 40 entrevistas com trabalhadores e empresários do sector de mineração, especialmente nas minas artesanais de ouro e rubi e nas comunidades afectadas pela mineração de grafite, autoridades públicas, funcionários de ONG e membros de associações rurais, activistas sociais, líderes comunitários e religiosos e membros dos comités e comunidades afectados pela exploração madeireira. As principais actividades de recursos naturais abordadas foram a agricultura, mineração de ouro, rubi e grafite, uso das florestas – especialmente madeira, conservação ambiental, caça para subsistência e festividades religiosas (islâmicas) e caça desportiva. Os principais conflitos abrangidos foram a exclusão social nos comités e na distribuição de rendimentos (Lago, Sanga), conflitos entre a empresa madeireira e a comunidade (Sanga), entre mineiros artesanais (garimpeiros) e a empresa mineira chinesa, entre mineiros artesanais e interesses de conservação na Reserva Especial do Niassa (Mavago) e sobre o reassentamento e o uso da terra em Nipepe, onde a mineração de grafite pela DH-Mining e a comunidade local têm um conflito não resolvido sobre valores e materiais culturais.

No distante posto administrativo de Cóbue, e na localidade de Lupilichi em particular, existem quatro cooperativas de mineração artesanal que foram fundadas em 2006, todas lideradas pelo empresário local Calisto Pedro, presidente das cooperativas e actualmente deputado da assembleia provincial. Estas cooperativas extraem grandes quantidades de ouro artesanal e aluvial, e para além de rendimentos significativos para os mineiros artesanais locais que gerem a terra, atraem mão-de-obra, até mesmo de estrangeiros. Envolveram-se também em actividades de responsabilidade social impressionantes, no âmbito das quais foram

Tabela 8: Niassa. Propostas identificadas sobre a melhoria da gestão/sucessos dos recursos naturais e organizações e actores da sociedade civil (OSC) visitados e indicados.

Província	Propostas concretas para melhorar a gestão/sucessos	Organizações da sociedade civil e comunitárias
Niassa	<ul style="list-style-type: none"> - Participação das OSC nas políticas e agendas de gestão dos recursos naturais - Utilização da rádio comunitária para informar e sensibilizar o público - Plantio de árvores (acácia e pinheiro) em locais de produção de carvão vegetal (Sanga) - Suspensão das actividades de mineração pela empresa chinesa que estava em conflito com a associação Ntaka Nwetu de mineiros artesanais (garimpeiros) de rubi (Mavago) - Legalização da associação Ntaka Nwetu - Criadas e legalizadas 4 cooperativas de mineração de ouro artesanal em Lupilichi (Lago), com acções de responsabilidade social - Colaboração entre o governo e a ORAM na gestão dos recursos minerais (grafite) em Nipepe 	<ul style="list-style-type: none"> - Comité de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) em Chipanje Chetu (Sanga) e Muichi (Nipepe) - Conselho de Gestão Comunitária (COGECO) e CGRN em Sanga - Yambone, ORAM, AGIR, Roads, Fórum das Organizações Femininas do Niassa (FOFEN), Amungi, União Provincial dos Camponeses (FUNAC) - Organização Samora Moisés Machel (mulheres que trabalham no mercado com este nome, Sanga) - Rádios Comunitárias em Sanga (CR Sanga-Malulu), Nipepe, Mecanhelas, Majune, Mandimba, Cuamba e Metarica - Régulos em Namairi, Manlia e Muichi (Nipepe) e Macaloge (Sr. Rajabo Sualeia, Sanga) - Rainhas: Che Kalange, Che Chipengo e Che Nampanda em Sanga - 4 cooperativas e antigas associações mineiras artesanais em Lupilichi (Lago) - Associação Ntaka Wetu (Mavago) para a mineração artesanal do rubi

construídas sete escolas primárias e um posto de saúde, água canalizada para uma comunidade e melhoria das estradas através do trabalho manual, entre outros investimentos para o bem comum.

No entanto, estas actividades implicam muitos conflitos latentes e reprimidos, exclusão social dos principais benefícios e da tomada de decisões, existindo igualmente graves problemas de garantir o abastecimento de água potável e liberdades civis básicas na região. Está também previsto que a ocupação de grandes áreas, decidida nos gabinetes da capital do país, ou mesmo no estrangeiro e visível no Registo Mineiro (MIREME, 2021), projectos de elites nacionais em parceria com empresas mineiras multinacionais, por exemplo a Gold Mining Limited, podem entrar em conflito com as cooperativas de Cóbue, embora tenham fortes ligações com o partido no poder, tanto a nível das bases como a nível provincial. Embora não tenha sido possível visitar o Posto Administrativo de Matchedje, no distrito de Sanga, durante esta pesquisa, entrevistas realizadas noutros locais de Sanga indicam que a dinâmica da extracção de ouro é semelhante à de Lupilichi. Os conflitos em Matchedje também envolvem a empresa mineira industrial Lupilichi Mining. O legado do

sistema de partido único, com a exclusão de outros partidos, é muito visível em Cóbue onde as bandeiras da Frelimo decoram as minas de ouro e os escritórios das cooperativas e onde os apoiantes da oposição ainda são abertamente chamados “inimigos” e “infiltrados.”²⁶

Num outro local distante da capital provincial, no distrito de Nipepe, perto da fronteira com a província de Cabo Delgado, existe um conflito entre uma empresa mineira chinesa de grafite, a DH-Mining, e a comunidade, que ainda não foi resolvido de forma satisfatória. O conflito envolve questões semelhantes aos registados noutros litígios em torno de grandes concessões e reassentamento em Tete e Inhambane, tais como a inexistência de políticas claras sobre a compra de terras pertencentes à população, a incapacidade de a empresa gerar empregos localmente, com muitos trabalhadores da empresa vindos do exterior, salários mais baixos e o despedimento dos locais, alegadamente sem justa causa. A empresa já foi multada por violação de direitos

²⁶ Lupilichi é uma vibrante localidade internacional de mineração artesanal de ouro, próximo da fronteira com a Tanzânia, junto ao famoso posto administrativo de Matchedje, no vizinho distrito de Sanga, onde se realizou o segundo congresso da Frelimo em 1968, em plena guerra de libertação. Matchedje e Lupilichi partilham a história da luta de libertação, bem como dinâmicas contemporâneas semelhantes de mineração artesanal.

Mapa 6: Distritos focais do Niassa

DISTRICTS VISITED DURING FIELDWORK IN NIASSA PROVINCE IN MAY AND JULY 2021



LEGEND:

1. Lago
2. Sango
3. Mavago
4. Lichinga
5. Nipepe

■ Provincial Capital

laborais e o seu funcionamento foi suspenso em 2019 na sequência da construção de instalações sem a obtenção prévia de uma licença ambiental e sem que tenham sido efectuadas consultas às comunidades (António, 2021). Aspectos culturais como a importância de manter o acesso às sepulturas, uma característica dos litígios em torno do reassentamento noutras províncias, estão também presentes no reassentamento previsto de 200 famílias em Niipepe. Numa consulta às comunidades, esta dinâmica revelou diferenças surpreendentes entre géneros, e não entre gerações: os homens, que normalmente são designados “vientes”, ou seja, vêm de fora da comunidade por causa da característica matrilocal, mostraram-se mais favoráveis ao reassentamento, enquanto que as mulheres, nativas da região, eram geralmente contra, porque o seu poder social está ligado à terra, ao factor matrilinear local e aos marcadores físicos deste poder no solo, tais como as sepulturas. Deste modo, o reassentamento no contexto matrilinear e especialmente matrilocal, não só ameaça o poder dos líderes comunitários, tanto homens como mulheres, como também o poder relativo das mulheres em geral.

Visto que Sanga e Mavago, dois distritos no norte da província do Niassa, têm recursos florestais e faunísticos significativos, os principais conflitos são entre as comunidades e a empresa madeireira (em Sanga) e a Reserva Especial do Niassa (em Mavago). Conflitos com empresas madeireiras como a empresa norueguesa Green Resources,²⁷ que possui licenças que abrangem até 126.000 hectares em Sanga e noutros distritos, são na sua maioria latentes, mas incluem risco de perda de meios de subsistência, perda de terras e conhecimentos tradicionais locais, violações dos direitos humanos e perda de valores estéticos e mnemónicos quando as florestas nativas e biologicamente diversificadas são substituídas por plantações monoculturais (Environmental Justice Atlas, 2019). Uma equipa de uma organização ambiental que inspeccionava a actividade da Green Resources foi recentemente detida ilegalmente no lado tanzaniano da fronteira (Justiça Ambiental, 2021). Os inquiridos em Sanga queixam-se de que a Green Resources não cria postos de trabalho locais suficientes.

Outra actividade económica significativa em Sanga é a caça, praticada pela Lupilichi Wilderness, em colaboração com o comité que tem vindo a gerir a área de conservação da comunidade Chipande Chetu desde 1998. Os “20%” que os cinco comités de Sanga recebem desta actividade ascendem a entre 400.000 e 500.000 meticais por ano, o que é muito mais do que o habitual destas actividades. Estes fundos são utilizados para construir escolas, salas de aulas, unidades sanitárias, comprar equipamento de futebol e máquinas de costura, entre outros. Em Mavago existem também coutadas, mas a transferência dos 20% é mais difícil porque o distrito não dispõe de muitos comités organizados. Embora Mavago possua inúmeros recursos florestais, não existem madeireiros devido à Reserva Especial do Niassa, a maior área de conservação do país, que para além de todo o distrito de Mecula, ocupa grande parte do distrito de Mavago.

A comunidade onde o trabalho de campo estava concentrado no distrito de Mavago realiza actividades na localidade de Lilasi, que também se encontra dentro da reserva. Ntaka Wetu é uma associação de mineiros artesanais (garimpeiros), criada em 2015 por antigos combatentes e seus filhos. A associação conta com 160 membros e uma licença de exploração mineira aprovada pelo governo provincial, embora caducada, para a exploração de rubis em mais de 130 hectares dentro da reserva da localidade de Lilasi, posto administrativo de Msawizi. Desde a descoberta dos rubis em 2007/2008, tem-se registado um violento conflito com a empresa mineira chinesa, que os mineiros artesanais chamam “Companhia de Báruè.” A empresa extraía as pedras preciosas com a concessão mineira registada em nome da Associação Ntaka Wetu, mas retirava da zona os garimpeiros locais, que eram membros da associação. No entanto, em 2019, ano das eleições presidenciais, o governo resolveu o conflito expulsando a empresa mineira, tal como era exigido pela comunidade.

Há também conflito com os fiscais da reserva do Niassa. Tal como acontece em muitos outros locais, uma licença caducada ou um conflito com empresas mineiras industriais torna os mineiros artesanais (garimpeiros) vulneráveis à violência, situação que se tornou muito grave entre 2013 e 2015. Os garimpeiros foram atacados com frequência e os filhos de veteranos e os membros da associação, foram

²⁷ Com capitais finlandeses e noruegueses.

detidos durante muito tempo a pedido da empresa chinesa. No entanto, mais recentemente em Julho de 2020, foram atacados pelos fiscais da Reserva Mbatamila, que levaram pedras preciosas, dinheiro e outros bens. Na altura, havia cerca de 40 mineiros (garimpeiros) no acampamento de Lilasi. Devido a estes incidentes, muitos mineiros e provedores de serviços desistiram da actividade, em especial as mulheres, que antes participavam em maior número. Estes acontecimentos violentos resultaram também na perda do interesse dos compradores em ir para as minas. Para além da violência, os mineiros de Ntaka Wetu queixam-se do preço dos rubis que são obrigados a vender, ou seja, muito abaixo do seu valor de mercado. A actividade extractiva na mina de Lilasi também apresenta outros problemas, especialmente os de natureza ambiental. A zona pode ser descrita como um autêntico deserto dentro da floresta, cheio de buracos sem vida. Os mineiros não estão interessados no reflorestamento do deserto sem árvores. A actividade também polui as águas dos rios que correm nas proximidades, onde os mineiros lavam as suas pedras.

CONCLUSÃO

O objectivo do presente relatório é explorar a relação entre conflitos e recursos naturais apresentada de forma sucinta pelas questões directivas no início deste documento.

(i) Mapeamento de conflitos locais e actores de construção da paz. Esta pesquisa identificou os principais conflitos actuais e potenciais em 27 dos distritos administrativos do país, resumidos nos Mapas e Tabelas 1, 2, 3 e nas Tabelas 4-8 sobre as províncias reportadas neste documento e são explicados com mais pormenor na parte narrativa do documento, no Guia do Treinamento e nos Policy Briefs. Os conflitos ocorrem tipicamente entre empresas multinacionais e as comunidades onde o governo a nível local, provincial e central é também uma parte interessada. O conflito implícito ocorre muitas vezes entre o governo central, que controla o licenciamento da exploração dos recursos minerais, e os governos distritais, que têm de gerir as consequências. Existem também conflitos internos entre as comunidades, embora a maioria deles sejam resolvidos localmente, para o melhor ou para o pior, e tendem a não deixar qualquer registo para o mundo exterior. Foram identificadas práticas menos inclusivas e pacíficas, tais como a corrupção, a gestão autoritária dos recursos naturais,

incluindo meios violentos e a utilização ilegal ou antiética dos fundos comunitários e dos recursos naturais, práticas essas que são descritas em mais pormenor no presente documento e noutras publicações deste projecto. De uma forma ou de outra, estes conflitos estão todos ligados aos vários significados da terra, dos rios, dos lagos e do mar como espaços que contêm riquezas naturais, mas também, e com não menos importância, através da habitação, do modo de vida e da história vivida pelas comunidades.

Nesta pesquisa, foi dedicada uma maior atenção aos recursos naturais e aos respectivos conflitos do que aos construtores da paz, uma vez que as soluções para os problemas surgem da análise dos problemas de uma maneira frontal. No entanto, foram também envolvidos como parte da pesquisa algumas organizações da sociedade civil e actores da paz, que podem simultaneamente contribuir para este projecto e beneficiar do mesmo (Tabelas 4-8). Para a presente pesquisa, actores da paz refere-se a cada cidadão ou actor colectivo que participa ou quer participar na gestão dos recursos naturais, não só em seu próprio benefício, mas também para o bem comum. A equipa de pesquisa reuniu-se e identificou funcionários públicos esforçados e dedicados, membros da comunidade, agentes comunitários e da sociedade civil, trabalhadores e empresários do sector privado e líderes comunitários que agem de boa fé. Foram identificados actores que beneficiam da paz, que promovem e idealizam soluções pacíficas, legais e legítimas através de um sentido de responsabilidade ou necessidade; governos distritais e seus funcionários que ajudam os seus habitantes a legalizar as suas associações e cooperativas ligadas ao uso e gestão dos recursos naturais; organizações comunitárias que trabalham pela melhoria das vidas pessoais dos seus membros e também para contribuir para um maior bem comum. A equipa identificou funcionários do governo que reconheceram os problemas e querem melhorar as práticas, membros de ONG e dirigentes que estão altamente interessados na nossa pesquisa e são capazes de contribuir para os objectivos deste projecto de promoção da paz e da inclusão social.

(ii) Contribuindo para uma melhor compreensão das percepções locais das dinâmicas dos conflitos e das possíveis soluções. Ao identificar e analisar os conflitos, em especial nos policy briefs e no subcapítulo dedicado a cada

província neste documento, a pesquisa procurou identificar percepções locais de conflitos que muitas vezes incluem também as propostas e soluções apresentadas no Guia do Treinamento relativamente aos 12 distritos seleccionados para o projecto mais abrangente. Algumas das recomendações mais comuns incluem as duas que se seguem:

- Maior descentralização do licenciamento das actividades económicas para o nível local, que é onde as consequências são sentidas;
- Colocar os verdadeiros beneficiários e funcionários certos ligados à mineração, em vez de consultores, em diálogo directo com as comunidades afectadas.

Alguns exemplos sobre recomendações menos comuns, mas úteis são apresentados a seguir:

- Uma procura de formação técnica para os jovens locais já na fase de licenciamento da prospecção mineira, a fim de evitar situações comuns em que após anos de exploração mineira estabelecida, os jovens locais não são recrutados por falta de competências.
- O grupo de paz na Gorongosa, fundado durante a desmobilização após as hostilidades de 2013-2016 no centro de Moçambique, é constituído por mulheres, combatentes desmobilizados e líderes religiosos. A sua organização pode servir de exemplo para outras regiões afectadas por conflitos.²⁸

No entanto, um simples olhar sobre o Registo de Mineração de Moçambique é suficiente para compreender que estas percepções locais só podem ser plenamente compreendidas e fazer sentido se se tiver em conta o contexto mais vasto, e não apenas as percepções das comunidades locais afectadas. Com isto, não pretendemos sugerir que as comunidades afectadas pela extracção do carvão em Tete, por exemplo, não estejam cientes das dinâmicas globais que afectam as suas vidas. Pelo contrário, através da sua experiência, podem ter percepções únicas, directas e mais profundas da globalização do que os actores urbanos como nós. Como demonstram os exemplos de Marara e Moatize, na província de Tete, para

além de estarem cientes dos conceitos locais de justiça que o Estado também reconhece na sua legislação, as comunidades afectadas pelas empresas multinacionais podem também estar bem cientes dos seus direitos legais e formais e dos compromissos constitucionais e internacionais sobre os direitos humanos assumidos pelo Estado moçambicano. Para além da experiência única de testemunhar, em primeira mão, os impactos das multinacionais e da globalização, outra fonte de conhecimento para estas comunidades e espaço de aprendizagem mútua foram os encontros e interacções constantes com várias organizações da sociedade civil de base urbana, por exemplo, durante a formação para efeitos de capacitação. Assim, as percepções locais são um recurso importante para as comunidades, mas podem sempre ser complementadas e fortalecidas por percepções em contextos mais alargados.

(iii) Avaliar as necessidades, pontos fortes e limitações dos beneficiários do projecto. É evidente que o conhecimento sobre estes quadros normativos e os contextos sociais onde vivem as comunidades, ou melhor, a sua “intelectualidade orgânica”, varia imenso. Existem comités de gestão dos recursos florestais naturais que foram, de facto, constituídos do topo para a base e os seus membros não compreendem inteiramente os seus poderes e deveres. Constatou-se que os membros e mesmo os presidentes destes CGRN sabiam muito pouco sobre o objectivo dos 20% que estavam a gerir. Outros comités, tal como foi explicado acima, surgem mais como uma iniciativa local, possivelmente com o apoio de ONG urbanas, e tendem a estar mais conscientes do seu papel e dos seus direitos. A este respeito, os comités de recursos minerais em Tete destacam-se, embora tenham enfrentado mais dificuldades e atrasos na sua legalização, talvez devido aos seus conflitos de interesse com as multinacionais.

Onde quer que haja conflitos de terra e de recursos naturais, como acontece na zona em redor do Parque Nacional da Gorongosa, os CGRN e as comunidades que pretendem representar podem colidir quando os comités perdem a sua legitimidade perante as comunidades. Nestes casos, as comunidades sentem que os CGRN representam o parque, e não a comunidade em si. Os líderes comunitários também podem perder legitimidade quando as comunidades interpretam certas situações de colaboração com o Estado

²⁸ Mais detalhes sobre estas e outras iniciativas estão disponíveis no Guia do Treinamento.

e as empresas privadas como se se tratasse de subornos aos seus líderes. A fronteira entre o bem comum e o suborno pode parecer tênue quando as empresas de mineração pagam um subsídio aos líderes comunitários que ajudam a recrutar a mão-de-obra local e, deste modo, distribuem as poucas oportunidades locais existentes. Nas localidades onde as comunidades sentem que os líderes os ouvem e defendem, existe claramente uma maior possibilidade de negociar com sucesso com o governo e as empresas de mineração. No entanto, quando existem grandes assimetrias no capital simbólico, académico e social e as comunidades não têm o apoio de ONG nem de advogados, até mesmo “o povo unido” poderá ser vencido e desmotivado.

Os distritos onde os governos locais estão a ajudar as suas comunidades a melhorar as suas vidas poderiam gerar desenvolvimento local e nacional se tivessem o apoio do governo central. Infelizmente, em situações caracterizadas por fortes interesses económicos, os governos distritais sentem-se pressionados pelo governo central e pelas empresas a agir contra as suas próprias comunidades, em detrimento do governo distrital. No entanto, a resolução destes conflitos pode beneficiar a todos, incluindo as receitas do Estado e o desenvolvimento socioeconómico do distrito. Pode também promover a descentralização do poder, um compromisso declarado do Estado moçambicano desde o início dos anos 90, apesar dos receios simultâneos de que tal venha a acontecer por parte dos funcionários do governo.

(iv) Avaliar o género e as dinâmicas e dimensões geracionais nos conflitos resultantes da utilização dos recursos naturais. Tal como descrito no subcapítulo sobre questões de género, as mulheres são as principais colectoras e utilizadoras dos recursos naturais nas comunidades rurais, sobretudo dos recursos que se encontram nas proximidades das localidades onde vivem. Quando ocorrem grandes investimentos, são frequentemente as principais perdedoras porque o acesso aos recursos de subsistência se torna mais difícil e os habitantes tornam-se mais dependentes de viaturas e de rendimentos em dinheiro. A participação das mulheres nos mecanismos locais de gestão dos recursos naturais pode ter um impacto de empoderamento e, portanto, o equilíbrio de género é promovido pelo governo e pelas ONG nacionais e internacionais, encorajando as comunidades

a criar comités com uma representação mais forte das mulheres. A participação das mulheres nas estruturas de autoridade hereditárias depende muito da região, mas em geral é mais comum no norte do país, onde predominam sistemas matrilineares, ou seja, no que diz respeito a esta pesquisa, as províncias do Niassa, Cabo Delgado e o norte de Tete. Os funcionários do governo, e em especial as ONG, consideram que as rainhas têm um papel muito importante e alguns acreditam que elas, bem como os membros do comité de mulheres, são menos corruptas do que os seus colegas do sexo masculino e são, por isso, muito respeitadas nas comunidades locais.

No seu conjunto, os jovens, sobretudo as mulheres jovens, têm menos poder de decisão, embora sejam eles a principal força de trabalho na extracção de recursos. Os investimentos criam por vezes oportunidades para os jovens em termos de formação, emprego temporário, negócios informais e trabalho assalariado, para uma minoria de jovens locais. Os jovens são também os principais actores em actividades que são organizadas principalmente a nível local: pescadores, mineiros artesanais (garimpeiros), agricultores, apicultores, etc. Em situações de exclusão socioeconómica que resultam, por exemplo, na ocupação de grandes extensões de terra para efeitos de exploração mineira, os jovens são afectados financeiramente, enquanto os idosos lamentam mais as perdas simbólicas e culturais, tais como locais sagrados e sepulturas. Conforme descrito no subcapítulo sobre o Niassa, em condições de matrilocidade, esta dinâmica também pode existir entre os géneros, uma vez que o poder da mulher se baseia na terra e nas matrilineagens locais, enquanto os homens são normalmente provenientes de fora da comunidade. Devido à sua exclusão, os jovens facilmente se enfurecem, e como resultado, são os principais participantes nos conflitos mais graves e violentos, tais como revoltas, motins, insurreições e guerras.

Questões importantes sobre o envolvimento de várias minorias, tais como pessoas portadoras de deficiência e pessoas com orientação LGBTQ, não surgiram no material de pesquisa. A abordagem das necessidades especiais destes grupos na gestão dos recursos naturais exigiria um esforço adicional e uma maior interacção com as comunidades e os participantes na pesquisa.

REFERÊNCIAS

Allina, E. (2012) *Slavery by Any Other Name: African Life under Company Rule in Colonial Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press.

António, L. (2021): 'A experiência da parceria entre o Governo e Sociedade Civil: O caso de ORAM-Niassa na resolução dos conflitos gerados pela DH Mining Development Company e comunidades locais', apresentação oral na conferência "Indústria Extractiva em Moçambique: Desafios, Sucessos e Perspectivas", 4 de Agosto, IESE, Maputo.

Biofund (2021) 'Conservation Areas', Foundation for the Conservation of Biodiversity, <https://www.biofund.org.mz/en/mozambique/conservation-areas-of-mozambique/> [Acesso em 9 de Dezembro de 2021].

Deutsche Welle (2021a) 'Moçambique: População em protesto contra a multinacional Sasol', <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-popula%C3%A7%C3%A3o-em-protesto-contra-a-multinacional-sasol/a-57601419> [Acesso em 9 de Dezembro de 2021].

Deutsche Welle (2021b) 'Tete: Continua o braço de ferro entre populares e militares por causa de terras', <https://www.dw.com/pt-002/tete-continua-o-bra%C3%A7o-de-ferro-entre-populares-e-militares-por-causa-de-terras/a-59044855> [Acesso em 19 de Dezembro de 2021].

Environmental Justice Atlas (2019) 'Green Resources AS Niassa Project' <https://ejatlas.org/conflict/green-resources-as-niassa-project> [Acesso em 29 de Dezembro de 2021].

Evidence (2021) 'Jovens de Inhassoro voltam a manifestar-se para exigir emprego nos projectos da Sasol', Duarte Siteo, <https://evidencias.co.mz/2021/12/10/jovens-de-inhassoro-re-a-manifestar-se-para-demand-emprego-nos-projectos-da-sasol/> [Acesso em 24 de Dezembro de 2021].

Francisco, A. (2010) 'Sociedade civil em Moçambique: expectativas e desafios', *Desafios para Moçambique*, 2010. Maputo: IESE. 2010, pp. 50-105.

Gemfields (2021a) 'Montepuez Ruby Mining Limited' <https://gemfields.com/about/our-mines-and-brands/montpuez-ruby-mine/> [Acesso em 19 de Setembro de 2021].

Gemfields (2021b) 'Nairoto Resources Limited (Gold)' <https://www.gemfieldsgroup.com/assets/nairoto-resources-limitada-gold/> (Acesso em 19 de Setembro de 2021).

Gonçalves, E., 2013: 'Orientações superiores: Time and Bureaucratic Authority in Mozambique', *African Affairs* 112 (449): pp. 602–622.

Governo da Província de Sofala (2017) 'Despacho', *Boletim da República III Série* 159 (12 de Outubro).

Ilal, A., Kleibl, T. & Munck R. (2014) 'Interrogating Civil Society: A view from Mozambique', (Discussion Paper Series), Development Studies Association Ireland', [online] <http://www.dsaireland.org/publications/interrogating-civil-society-a-view-from-mozambique/> [Acesso em 19 de Setembro de 2021].

Jornal Visão (2021) 'Aparição de Crocodilos está a tirar sono aos moradores do bairro da Manga na Beira' <https://jornalvisaomoz.com/apari%C3%A7%C3%A3o-de-crocodilos-est%C3%A1-a-tirar-sono-aos-moradores-do-bairro-da-manga-na-beira/> [Acesso em 19 de Setembro de 2021].

Justiça Ambiental (2012) 'Notes from the Field: Vale – Displaced communities in Cateme' <https://ja4change.org/2012/10/10/notes-from-the-field-vale-displaced-communities-in-cateme/> [Acesso em 19 de Setembro de 2021].

Justiça Ambiental (2021) 'Public Letter of the International Meeting: How to Resist Monoculture Plantations' <https://ja4change.org/2021/09/> [Acesso em 20 de Dezembro de 2021].

Lillywhite, S. & Kemp, D. e Sturman, K. (2015) *Mining, resettlement and lost livelihoods: Listening to the Voices of Resettled Communities in Mualadzi, Mozambique*. Oxfam: Melbourne.

Mate, R. (2021) 'Pedidos de Concessões Mineiras aumentam à medida que intensifica o conflito armado em Cabo Delgado: Quem são os senhores das licenças de exploração mineira em Cabo Delgado?', *CIP Indústria Extractiva* (10 de Julho de 2021) <https://www.cipmoz.org/pt/2021/07/20/8153/> [Acesso em 19 de Setembro de 2021].

Ministério da Administração Estatal (2015) *Perfil of Jangamo District 2015*. <https://web.archive.org/web/20161021131252/http://www.inhambane.gov.mz/informacao/perfis-distritais/JANGAMO.pdf> [Acesso em 19 de Setembro de 2021].

Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) (2016) 'Despacho', Boletim da República I Série 88 (25 de Julho), pp. 527-568.

Ministério dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique (MIREME) (2021) 'Mozambique Mining Cadaster Map Portal' <https://portals.landfolio.com/mozambique/en/> [Acesso em 16 de Outubro de 2021].

New York Times (2021) 'Nobel Peace Prize: A Growing List of Questionable Choices' <https://www.nytimes.com/2020/11/12/world/nobel-peace-prize-list.html> [Acesso em 6 de Junho de 2022].

Santos, B -S. (2007) 'Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia de saberes', Novos estudos CEBRAP 79, pp. 71-94.

Savannah Resources Limited (2019) 'Annual Report and Financial Statements 2019' <https://www.savannahresources.com/cms/wp-content/uploads/2020/03/SAV-Financial-Statements-31-de-Dezembro-de-2019.pdf> [Acesso em 19 de Setembro de 2021].

Serra C. (1997) Novos Combates pela Mentalidade Sociológica. Maputo: Livraria Universitária, UEM.

Observador (2021) 'Tribunal manda prender 42 garimpeiros que ameaçavam Parque da Gorongosa em Moçambique' <https://observador.pt/2021/07/05/tribunal-manda-prender-42-garimpeiros-que-ameacavam-parque-da-gorongosa-em-mocambique/> [Acesso em 21 de Agosto de 2021].

Ordem dos Advogados de Moçambique (2016) 'Reassentamento de Tete: Uma chamada para a materialização do direito à justiça e à segurança alimentar no reassentamento das comunidades afectadas pela exploração do carvão mineral em Tete' <https://www.oam.org.mz/storage/2016/07/REASSENTAMENTO.pdf> (Acesso em 19 de Setembro de 2021).

Rantala, J. e Alí, T. (no prelo) 'Artisanal gold mining: from clandestine operations to a contribution towards local development?', Bulletin IDeIAS. Maputo: IESE.

Rantala, J. (no prelo, a) 'Restricted access': Zones closed by mining (Cabo Delgado) and conservation (Sofala)', Bulletin IDeIAS, Maputo: IESE.

Rantala, J. (no prelo, b) 'More decent resettlements? The lessons from Tete for other provinces', Bulletin IDeIAS, Maputo: IESE.

UN Refugee Agency (2021) 'Mozambique' [Acesso em 21 de Novembro de 2021].

Walker, M – M. (2015) 'Producing Gorongosa: Space and the Environmental Politics of Degradation in Mozambique', Conservation & Society 13 (2), pp. 129-140.

Esta pesquisa faz parte do projecto TIPS - Towards an Inclusive and Peaceful Society (Rumo a uma Sociedade Inclusiva e Pacífica) em Moçambique. O TIPS é um projecto financiado pela União Europeia, cuja implementação decorre entre Janeiro de 2021 e Dezembro de 2023 por um consórcio constituído pela Finn Church Aid/Network for Religious and Traditional Peacemakers (FCA/NRTP) (Rede de Pacificadores Religiosos e Tradicionais), pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e pelo Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), em colaboração com o Conselho das Religiões e Paz em Moçambique (COREM) e a Faith Associates.